



Assembleia Geral

Distr.: Geral
12 de Fevereiro de 2010
Português
Original: Inglês

Sexagésima quarta sessão

Pontos 48 e 114 da ordem do dia

Aplicação e seguimento integrados e coordenados dos textos adoptados nas principais conferências e cimeiras organizadas pelas Nações Unidas nos domínios económico e social e nos domínios conexos.

Seguimento dado aos textos adoptados na Cimeira do Milénio

Cumprir a promessa: um balanço prospectivo tendo em vista promover um programa de acção concertado para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015

Relatório do Secretário-Geral*

Resumo

Este relatório, elaborado em aplicação da resolução 64/184 da Assembleia Geral, contém informações sobre os progressos em matéria de realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, analisando sistematicamente os êxitos, as boas práticas e as lições aprendidas, os obstáculos e as lacunas, os desafios e as oportunidades, a fim de definir estratégias de acção concretas. É composto por quatro secções principais. A introdução examina a importância da Declaração do Milénio e a sua influência na agenda de desenvolvimento das Nações Unidas. A segunda secção passa em revista os progressos no domínio da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, apresentando os défices de desempenho e os bons resultados da acção internacional e enumera os problemas que foram surgindo. A terceira secção faz o resumo das lições aprendidas, tendo em vista preparar novas iniciativas para acelerar o processo de realização dos Objectivos, e identifica os principais factores de êxito. A quarta e última secção apresenta uma lista de recomendações específicas sobre as medidas a tomar. O relatório exorta a um novo pacto de todas as partes interessadas para acelerar os avanços em direcção à realização dos Objectivos durante os próximos anos, assente na determinação comum de promover um desenvolvimento justo e sustentável para todos.

* Na preparação deste relatório, recorreu-se a muitos outros relatórios, nomeadamente: “Consensus for maternal, newborn and child health” (Partnership for Maternal, Newborn and Child Health, 2009); *Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2009* (Nações Unidas, 2009); *Achieving the Millennium Development Goals in Africa: Recommendations of the MDG Africa Steering Group* (Junho de 2008); *Investing in Development: A Practical Plan to Achieve the Millennium Development Goals* (United Nations Millennium Project, 2005); *Rethinking Poverty: Report on the World Social Situation 2010* (Nações Unidas, 2010); e outros. Foram recebidos contributos preciosos dos diferentes fundos, programas, organismos especializados e departamentos das Nações Unidas que têm estado a trabalhar em estreita colaboração com os Governos, a sociedade civil e sector privado, ao longo da última década, para promover a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

I. Introdução

1. A adopção da Declaração do Milénio,¹ em 2000, por 189 Estados Membros das Nações Unidas, 147 dos quais estavam representados pelos seus chefes de Estado, foi um momento decisivo para a cooperação internacional no século XXI. Retomando objectivos acordados anteriormente no domínio do desenvolvimento internacional, a Declaração definiu um conjunto de objectivos de desenvolvimento novos, concretos, mensuráveis e interdependentes, conhecidos como Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que os dirigentes dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento se comprometeram a atingir até 2015.

2. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são a expressão com maior visibilidade dos objectivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e ligados à agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, representando o culminar de inúmeras cimeiras importantes das Nações Unidas realizadas durante a década anterior, nomeadamente as cimeiras sobre desenvolvimento sustentável, educação, crianças, alimentação, população e desenvolvimento social. Definem alvos quantificados e dotados de prazos para lutar contra a pobreza extrema, a fome e a doença e para a promoção da igualdade de género, da educação e da sustentabilidade ambiental. São também uma expressão de direitos humanos fundamentais: os direitos de todos à saúde, à educação e à habitação. O oitavo Objectivo, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, inclui compromissos nas áreas da ajuda ao desenvolvimento, da redução da dívida, do comércio e do acesso a tecnologias.

3. Durante a última década, a Declaração do Milénio e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio deram origem a compromissos e parcerias sem precedentes, reafirmados em cimeiras e reuniões sucessivas, nomeadamente a Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, de 2002, em Monterrey, no México, a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de 2002, em Joanesburgo, na África do Sul, e a Cimeira Mundial de 2005, em Nova Iorque. Durante este período, as pessoas e os governos também tiveram de enfrentar alguns desafios imprevistos. Alguns deles circunscreveram-se a certos países ou regiões, enquanto outros assumiram uma dimensão mundial, como as crises alimentar e económica dos últimos três anos.

4. Hoje em dia, o nosso desafio é acordarmos num programa de acção para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A cinco anos do final do prazo de 2015, a perspectiva de não realização dos objectivos devido à falta de empenhamento é muito real. Isso seria um fracasso inaceitável tanto do ponto de vista moral como do prático. Se isso acontecer, os perigos que o mundo enfrenta – instabilidade, violência, doenças epidémicas, degradação ambiental, crescimento demográfico galopante – multiplicar-se-ão.

5. A realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio continua a ser exequível, desde que haja o empenhamento, as políticas, os recursos e os esforços adequados. A Declaração do Milénio é a mais importante promessa colectiva jamais feita às populações mais vulneráveis do mundo. Esta promessa não se baseia na piedade ou na caridade, mas sim na solidariedade, na justiça e no reconhecimento de

¹ Resolução 55/2 da Assembleia Geral.

que somos cada vez mais dependentes uns dos outros no que se refere à nossa prosperidade e segurança colectivas.

6. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definem orientações e um dispositivo de responsabilização que representam uma viragem histórica. Todavia, este dispositivo de responsabilização está a ser testado e terá de ser reforçado para que os Objectivos sejam atingidos até 2015. Isto é ainda mais importante na medida em que os Objectivos são fases cruciais para a instauração de um desenvolvimento justo e sustentável para todos. Entretanto, o impacto devastador das alterações climáticas paira sobre nós e a comunidade internacional enfrenta o desafio de trabalhar conjuntamente para garantir o fim da pobreza extrema e a instauração de um desenvolvimento sustentável que salve o planeta e o seus habitantes, sobretudo os mais vulneráveis.

7. Este relatório exorta todas as partes interessadas, nomeadamente os governos nacionais, os doadores e outros governos que prestam apoio, a comunidade empresarial e a sociedade civil em geral a trabalharem concertadamente para garantir que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sejam atingidos até 2015. A reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral para analisar a consecução dos Objectivos, em Setembro de 2010, constituirá uma oportunidade única de reforçar os esforços colectivos e as parcerias para se dar o ímpeto necessário. O presente relatório avalia os resultados obtidos e as dificuldades encontradas até agora e propõe um programa de acção para o período compreendido entre 2011 e 2015.

II. Progressos alcançados

8. Diversos países alcançaram êxitos importantes no combate à pobreza extrema e à fome, na melhoria da escolarização e da saúde infantil, no alargamento do acesso a água potável e do acesso ao tratamento contra o VIH e no controlo da malária, da tuberculose e das doenças tropicais esquecidas. Alguns desses países figuram entre os mais pobres, o que prova que é, efectivamente, possível realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio adoptando as políticas apropriadas, investindo os recursos suficientes e beneficiando do apoio internacional. Dada a sua experiência histórica, alguns países pobres e até regiões inteiras fizeram progressos notáveis. Por exemplo, a África Subsariana apresentou enormes melhorias em termos de saúde infantil e taxas de escolarização no ensino primário, ao longo das duas últimas décadas. Entre 1999 e 2004, a África Subsariana conseguiu uma das maiores reduções jamais registadas, em todo o mundo, da taxa de mortalidade pelo sarampo.²

² De notar que por vezes é difícil medir correctamente os progressos na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, na ausência de dados precisos ou recentes. Além disso, os progressos a nível mundial ocultam progressos desiguais a nível regional, nacional e local. Assim, será necessária uma certa prudência ao interpretar os dados agregados e avaliar os progressos globais. A avaliação dos objectivos, metas e indicadores por país pode subestimar os progressos dos países mais pobres, por exemplo, é muito mais difícil reduzir para metade a pobreza de 60 para 30% da população do que de 6 para 3%, especialmente quando um aumento de 20% de um rendimento *per capita* de 1000 dólares anuais equivale a apenas um décimo de um aumento também de 20% no caso de um rendimento de 10 000 dólares anuais

9. Todavia, os progressos têm sido desiguais e, sem esforços adicionais, é provável que muitos países não alcancem vários Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os problemas são mais graves nos países menos avançados, nos países em desenvolvimento sem litoral, em certos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países vulneráveis aos riscos naturais e ao recrudescimento da violência armada. Os países que se encontram mergulhados num conflito ou que estão a sair dele têm mais probabilidade de serem pobres e enfrentam maiores dificuldades porque são desprovidos de infra-estruturas básicas, de instituições e dos recursos humanos adequados e a falta de segurança entrava o desenvolvimento económico.

10. Ainda este ano, o *Millennium Development Goals Report 2010* (Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2010) e o relatório do Grupo de Trabalho sobre o Atraso na Realização dos ODM analisarão os progressos alcançados. A última actualização dos 60 indicadores oficiais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio será apresentada numa adenda ao presente relatório, que deverá ser publicada na Primavera. A secção seguinte do relatório avalia os êxitos, os obstáculos e as lacunas, a fim de retirar ensinamentos quanto às acções necessárias para atingir os Objectivos.

A. Um quadro heterogéneo caracterizado por défices de desempenho e por êxito³

Os progressos em matéria de redução da pobreza foram desiguais e estão agora ameaçados

11. Segundo o tantas vezes citado limiar de pobreza que o Banco Mundial fixou inicialmente em “um dólar por dia” e que reviu, em 2008, para 1,25 dólares por dia a preços de 2005, havia ainda 1,4 mil milhões de pessoas a viver em pobreza extrema, em 2005, contra 1,8 mil milhões, em 1990.⁴ No entanto, dado que a China foi responsável pela maior parte dessa queda, se abstrairmos deste país, os progressos não parecem muito animadores; com efeito, o número de pessoas que viviam na pobreza extrema apresentou um acréscimo de cerca de 36 milhões, entre 1990 e 2005. Na África Subsariana e em certas regiões da Ásia, a pobreza e a fome mantêm-se obstinadamente elevadas. O número de pobres que vivem com 1 dólar por dia sofreu um aumento de 92 milhões, na África Subsariana, e de 8 milhões, na Ásia Ocidental, no período entre 1990 e 2005.⁵ A situação é ainda mais grave

³ Salvo indicação em contrário, esta secção inspira-se na publicação das Nações Unidas intitulada *Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2009* editado em português pelo IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (United Nations publication, Sales No. E.09.I.12).

⁴ Esta nova estimativa é cerca de 50% superior à estimativa da pobreza efectuada pelo Banco Mundial em 2005, com base no seu anterior limiar de pobreza, limiar este que a preços de 1993 era de 1,08 dólares por dia. Usando 1993 como referência e tendo em conta a inflação dos preços no consumidor nos Estados Unidos da América, o limiar de pobreza, em 2005, seria de 1,45 dólares, em vez do de 1,25 dólares, valor utilizado pelo Banco.

⁵ A situação foi agravada pelas crises alimentar e energética de 2007-2008 e as crises financeira e económica mundiais. O Banco Mundial estima que 100 milhões de pessoas em países de baixo rendimento viram a sua pobreza acentuar-se, em consequência da duplicação do preço dos produtos alimentares. Segundo a publicação do Banco Mundial *Global Economic Prospects 2010*, a nível mundial, e independentemente das revisões em alta das projecções de crescimento para 2010, o número de pessoas que vivem com 1,25 dólares por dia ou menos deverá registar

quando se tomam em consideração outras dimensões da pobreza reconhecidas na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Económico, de 1995, como a privação, a exclusão social e a falta de participação.⁶

A fome está a aumentar e continua a ser um problema importante a nível mundial

12. Apesar dos progressos anteriores, o número de pessoas que sofrem de fome no mundo tem aumentado, desde 1995, e a percentagem da população mundial que sofre de fome aumentou, desde 2004-2006. Mais de mil milhões de pessoas continuam a sofrer de fome e mais de 2 mil milhões apresentam carências de micronutrientes; 129 milhões de crianças apresentam insuficiência ponderal e 195 milhões de crianças com menos de 5 anos têm um atraso de crescimento. O número de pessoas que sofrem de fome, em todo o mundo, passou de 842 milhões, em 1990-1992, para 873 milhões, em 2004-2006, e 1,02 mil milhões em 2009, o nível mais alto jamais atingido. Isto deveu-se, em grande medida, a um acesso reduzido à alimentação devido aos elevados preços dos produtos alimentares e à crise financeira e económica mundial, que provocou uma queda dos rendimentos e uma subida do desemprego. O aumento da fome no mundo minou a confiança nas estimativas da redução da pobreza mundial, uma vez que se parte do princípio de que a pobreza extrema é medida em termos do rendimento ou da despesa necessários para evitar a fome.⁷ Dos 117 países sobre os quais dispomos de dados, 63 parecem estar no bom caminho para realizar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio relativo à insuficiência ponderal, contra 46, em 2006. Dos 20 países que não registaram progressos visíveis, a maioria encontra-se na África Subsariana.⁸

A meta do pleno emprego e do trabalho digno para todos continua por atingir

13. Embora não tenha sido definido um prazo para atingir a meta do pleno emprego e de um trabalho digno e produtivo para todos, nenhum país pode afirmar que alcançou esse objectivo. Em inúmeros países, o crescimento económico das últimas décadas não foi acompanhado de um crescimento rápido do emprego, dando origem à expressão “crescimento não gerador de emprego”. A falta de progressos na criação de empregos produtivos e dignos em zonas urbanas e a estagnação da produtividade agrícola em muitas zonas rurais foram as principais causas da persistência da pobreza e do aumento do número de trabalhadores pobres. Estima-se que, em 2008, cerca de 633 milhões de trabalhadores (21,2% dos trabalhadores do mundo) e a sua família viviam com menos de 1,25 dólares por pessoa e por dia. Em consequência da crise económica e financeira, estima-se que, em 2009, este número tenha conhecido um aumento que poderá ter atingido os 215 milhões, dos quais 100 milhões, no Sul da Ásia, e 28 milhões, na África Subsariana.⁹ Isto sugere que mais 7% dos trabalhadores corriam o risco de se tornar pobres, entre 2008 e 2009.

um aumento de cerca de 64 milhões, devido à crise.

⁶ Ver *Rethinking Poverty: Report on the World Social Situation 2010* (United Nations publication, Sales No. E.09.IV.10).

⁷ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, *The State of Food Insecurity in the World: Economic Crisis: Impacts and Lessons Learned* (Roma, 2009).

⁸ Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Grupo de Trabalho sobre o Atraso na Realização dos ODM, “MDG 1: Eradicate extreme poverty and hunger: review of progress, 2000-2010”, disponível em <http://www.undg.org/docs/10816/MDG-1.doc>.

⁹ Organização Internacional do Trabalho, *Global Employment Trends*, Janeiro de 2010.

14. Será necessário criar mais de 300 milhões de novos empregos, durante os próximos cinco anos, para se regressar aos níveis de desemprego anteriores à crise.¹⁰ Os desempregados precisam de mais do que meros empregos; precisam de um trabalho digno que lhes garanta um rendimento suficiente e direitos. A taxa de desemprego dos jovens (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos) aumentou mais rapidamente do que a taxa de emprego global, em todo o mundo. Atingiu 14% em 2009, o que representou um aumento de 1,9 pontos percentuais, desde 2008.⁹

Acesso universal à educação: registaram-se progressos, mas o objectivo continua por alcançar

15. Desde 2000, registaram-se avanços na consecução da meta do ensino primário universal nos países em desenvolvimento, tendo muitos deles ultrapassado o limiar de 90% de taxa de escolarização.¹¹ A taxa de escolarização no ensino primário aumentou mais rapidamente na África Subsariana, onde passou de 58%, em 2000, para 74%, em 2007. Todavia, o aumento rápido da escolarização pode exceder a capacidade das escolas e dos professores no que se refere a oferecer um ensino de qualidade.

16. Cerca de 126 milhões de crianças continuam a realizar trabalhos perigosos e, em todo o mundo, mais de 72 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino primário – cerca de metade das quais vive na África Subsariana – não estão escolarizadas. Acresce que as taxas de abandono escolar continuam a ser elevadas em muitos países, o que significa que a taxa de conclusão do ensino primário ainda está longe de atingir os 100% pretendidos.

17. As desigualdades continuam a constituir graves obstáculos à consecução do ensino primário universal. Em inúmeros países em desenvolvimento, as crianças dos agregados familiares que pertencem aos 20% mais pobres representam mais de 40% das crianças não escolarizadas. Na maior parte dos países em desenvolvimento, as crianças dos agregados familiares que figuram entre os 20% mais ricos estão todas escolarizadas no ensino primário, enquanto as do quintil mais pobre ainda estão muito longe disso.¹¹ Às disparidades determinadas pelos rendimentos somam-se outras mais amplas: as crianças das zonas rurais, dos bairros degradados e das regiões afectadas por um conflito ou que saíram de um conflito, as crianças com deficiência e outras crianças desfavorecidas vêem o acesso a uma educação de qualidade ser entravado por grandes obstáculos.

Progressos insuficientes no domínio da igualdade de género

18. Corrigir a desigualdade de género continua a ser um dos objectivos mais difíceis de alcançar, em praticamente todos os países, o que tem repercussões em muitos outros domínios. Como afirma a Plataforma de Acção de Beijing, as causas primordiais das desvantagens e da opressão ligadas ao género residem nas mentalidades e normas sociais, bem como nas estruturas do poder.

¹⁰ Ibid., “Recovering from the crisis: a Global Jobs Pact”, adoptado pela Conferência Internacional do Trabalho na sua nonagésima oitavo sessão (Genebra, Junho de 2009).

¹¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, *Education for All Global Monitoring Report 2009*.

19. A proporção de assentos detidos por mulheres nos parlamentos nacionais tem aumentado muito lentamente, cifrando-se em cerca de 18% em Janeiro de 2009. Embora estejamos longe da meta de 30% prevista na Plataforma de Acção de Beijing, representa um aumento de 11% em relação a 1999, muito significativo quando comparado com o de 1%, entre 1975 e 1995. Todavia, a este ritmo, serão necessários mais 40 anos para se atingir uma quota de entre 40 e 60% de assentos parlamentares para mulheres.¹²

20. A diferença entre as taxas de escolarização de raparigas e a de rapazes no ensino primário diminuiu, na última década, embora lentamente. Nos países em desenvolvimento, em 2007, havia mais de 95 raparigas em idade escolar por cada 100 rapazes que frequentavam a escola primária, contra 91, em 1999. Os progressos em termos de taxa de escolarização no ensino secundário têm sido mais lentos e, em algumas regiões, as disparidades estão a aumentar. Na África Subsariana, a percentagem de escolarização das raparigas no ensino secundário em comparação com os rapazes baixou de 82%, em 1999, para 79%, em 2007. Só 53 dos 171 países em relação aos quais dispomos de dados – ou seja, mais 14 do que em 1999 – alcançaram a paridade de género tanto no ensino primário como no secundário.¹³

21. Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado, continua a haver diferenças significativas entre os dois sexos em termos de taxas de participação, níveis profissionais e salários. O trabalho remunerado das mulheres teve uma expansão lenta e as mulheres continuam a realizar a maior parte das actividades não remuneradas. Nos países em desenvolvimento, cerca de dois terços do total das mulheres empregadas trabalham numa empresa familiar ou por conta própria; encontram-se, em geral, em situações extremamente vulneráveis que não lhes garantem segurança de emprego nem benefícios sociais. A percentagem de mulheres que têm um trabalho remunerado no sector não agrícola aumentou, na última década, embora não significativamente; de um modo geral, as mulheres não conseguiram obter um emprego digno. No Médio Oriente, no Norte de África e no Sul da Ásia, por exemplo, a percentagem de mulheres na população activa total é inferior a 30%.¹⁴

22. Em todo o mundo, a violência contra as mulheres continua a ser um importante flagelo para a humanidade. Embora as iniciativas destinadas a combater a violência contra as mulheres se tenham multiplicado, carecem, com frequência, de envergadura, coerência, constância e coordenação.¹²

¹² Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Progress of the World's Women, 2008/2009*.

¹³ Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Grupo de Trabalho sobre o Atraso na Realização dos ODM, “MDG-3: Promote gender equality and empower women”, disponível em www.undg.org/docs/10821/MDG-3.doc.

¹⁴ Banco Mundial, *Global Monitoring Report 2009*, anexo, Monitoring the MDGs: selected indicators.

Progressos significativos na realização de alguns Objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com a saúde

23. O número de mortes de menores de cinco anos baixou de 12,5 milhões por ano (1980) para 8,8 milhões (2008).¹⁵ Nos países de baixo e médio rendimento, o número de pessoas que recebem terapia anti-retroviral contra o VIH decuplicou em cinco anos (2003-2008),¹⁶ e registaram-se progressos consideráveis na redução da mortalidade ligada ao sarampo e no tratamento da tuberculose e da malária. Mais de 500 milhões de pessoas que sofrem de uma ou mais doenças tropicais esquecidas são agora tratadas, todos os anos.

24. No entanto, a manterem-se as tendências actuais, muitos países poderão não atingir as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com a saúde, até 2015. A taxa de mortalidade infantil nos países em desenvolvimento baixou de 99 mortes por cada 1000 nados-vivos, em 1990, para 72, em 2008.¹⁵ Esta redução é muito inferior aos dois terços pretendidos (que teriam feito baixar a mortalidade infantil para 33 mortes por cada 1000 nados-vivos. Além disso, as melhorias foram desiguais, tanto entre países como dentro de cada país. O facto que mais chama a atenção é a falta de progressos na redução do número de mortes durante o primeiro mês após o nascimento (o período neonatal). A nível mundial, 36% das mortes de menores de 5 anos ocorrem neste período.

25. O número de novas infecções por VIH baixou de 3,5 milhões, em 1996, para 2,7 milhões, em 2008, o que representou uma queda de 30%. Entretanto, a proporção de seropositivos que precisam e beneficiam de terapia anti-retroviral aumentou, tendo passado de menos de 5% dos que dela necessitavam, no início da década, para 42%, em 2008, e o número de mulheres que recebem tratamento de prevenção da transmissão do VIH da mãe para o filho triplicou, tendo passado de 15%, em 2005, para 45%, em 2008.¹⁶

26. No entanto, estas melhorias ainda não foram suficientes para inverter o avanço da epidemia, porque as medidas de prevenção e de tratamento são, com frequência, modestas: por cada duas pessoas que iniciam o tratamento anti-retroviral, há cinco novas infecções por VIH. Não se deu ainda a devida prioridade à prevenção.

27. Além disso, em 2008, só 21% das mulheres grávidas fizeram testes de rastreio e receberam aconselhamento sobre o VIH, enquanto apenas um terço daquelas que foram identificadas como seropositivas durante os cuidados pré-natais foram alvo de uma avaliação posterior para receberem terapia anti-retroviral.¹⁷ As necessidades em matéria de planeamento familiar expressadas pelas pessoas afectadas pelo VIH e o seu acesso a serviços não são objecto de um acompanhamento regular. Estes problemas são mais prementes na África Subsariana, onde a prevalência do VIH é, de longe, mais elevada. Nas outras zonas do mundo, a epidemia da SIDA atinge sobretudo as populações de maior risco, nomeadamente os utilizadores de drogas injectáveis, as prostitutas e os homens que têm relações sexuais com homens.

28. A incidência mundial da tuberculose parece ter atingido um pico em 2004, e agora está a diminuir lentamente na maior parte do planeta (excepto nos países

¹⁵ Ver www.childinfo.org.

¹⁶ Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, *AIDS Epidemic Update 2009*.

¹⁷ Organização Mundial de Saúde, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA e Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Towards Universal Access*, relatório intercalar (Setembro de 2009).

africanos com uma elevada prevalência do VIH). No entanto, continua a ser preocupante. A epidemia de tuberculose multirresistente constitui um problema grave, havendo cada vez mais casos de tuberculose resistente aos medicamentos.

29. Em 2008, registaram-se cerca de 250 milhões de episódios de malária, que estiveram na origem de cerca de 850 000 mortes;¹⁸ aproximadamente 90% destas mortes ocorreram em África, na sua maioria entre menores de 5 anos. No entanto, em muitos países e zonas, foram comprovados grandes progressos na luta contra a malária com um impacto confirmado no número de casos e de mortes. Cerca de 200 milhões de mosquiteiros, dos 340 milhões de mosquiteiros necessários para assegurar a cobertura universal (ou seja, um mosquiteiro para duas pessoas), foram fornecidos a países de África entre 2004 e 2009. Num subconjunto de 26 países africanos sobre cujas tendências se possuem dados, a utilização, pelas crianças (um dos grupos mais vulneráveis), de mosquiteiros impregnados de insecticida aumentou de cerca de 2%, em 2000, para 22%, em 2008, assegurando assim a cobertura de 71% da população de crianças africanas com menos de 5 anos, o que permitiu pelo menos decuplicar os resultados obtidos em 11 desses países.¹⁹

Progressos mais modestos na redução da mortalidade materna

30. O acesso a serviços de saúde reprodutiva continua a ser deficiente precisamente onde os riscos para a saúde das mulheres são maiores. Nas regiões em desenvolvimento, os partos assistidos por um profissional de saúde aumentaram desde 1990, tendo passado de 53%, nesse ano, para 61%, em 2007, mas registaram-se escassos progressos na redução da mortalidade materna, que baixou apenas de 480 mortes por 100 000 nados-vivos, em 1990, para 450, em 2005. A este ritmo, não será possível alcançar, até 2015, a meta de 120 mortes por 100 000 nados-vivos. No quadro do reforço do investimento nos programas de saúde pública, é fundamental que sejam canalizados fundos adequados para a saúde materna e, em particular, para a promoção do parto sem risco.

31. As taxas de gravidez de adolescentes desceram mais nos países onde já eram relativamente baixas, enquanto a taxa de fecundidade das adolescentes se manteve elevada, em muitos países. A taxa de natalidade das adolescentes é mais elevada na África Subsariana, cifrando-se em 123 nascimentos por 1000 adolescentes, o que equivale a quase o dobro da registada na América Latina e Caraíbas, a região que ocupa o segundo lugar.

32. Os abortos realizados sem condições de segurança continuaram a ser responsáveis por um oitavo da mortalidade materna, apesar do aumento da utilização de contraceptivos entre as mulheres casadas e em união de facto. No

¹⁸ Organização Mundial de Saúde, *World Malaria Report 2009*.

¹⁹ O tratamento rápido e eficaz é essencial para combater as complicações da malária que põem em perigo a vida. O tratamento antimalárico de crianças com febre é moderadamente elevado em toda a África, embora muitas crianças febris continuem a ser tratadas em casa com remédios menos eficazes. Actualmente, só quatro países africanos dispõem de dados sobre as tendências do uso das terapias conjugadas à base de artemisinina em crianças febris, que são o tratamento de primeira linha para a malária sem complicações, em quase todos os países africanos. No entanto, estes dados limitados mostram ganhos promissores em termos de cobertura terapêutica eficaz. Por exemplo, o Gana aumentou a cobertura das terapias conjugadas à base de artemisinina de 4%, em 2006, para 22%, em 2008, enquanto a cobertura na República Unida da Tanzânia subiu de 2%, em 2005, para 21%, em 2008 (Dia Mundial da Malária 2010, brochura, a publicar (Abril de 2010)).

entanto, 11% das mulheres dos países em desenvolvimento (nomeadamente, 24% na África Subariana) que querem espaçar os nascimentos ou não ter mais filhos não utilizam qualquer contraceptivo.

Progressos limitados no domínio da sustentabilidade ambiental

33. Registaram-se alguns avanços em direcção à meta de reduzir a metade a percentagem de pessoas que não têm acesso à água potável, mas a proporção das que não têm acesso a um sistema de saneamento melhorado desceu apenas 8 pontos percentuais, entre 1990 e 2006.²⁰ O objectivo de melhorar a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados revelou-se menos ambicioso do que seria necessário para inverter a tendência para o aumento do número de habitantes dos bairros degradados.

34. O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono permitiu pôr termo, progressivamente, à produção e utilização de mais de 98% das substâncias controladas que empobrecem a camada de ozono. Em contrapartida, a taxa de crescimento das emissões de dióxido de carbono foi muito mais elevada durante o período 1995-2004 do que durante o período 1970-1994, e essa tendência mantém-se. Embora as taxas líquidas de desflorestação tenham diminuído, cerca de 13 milhões de hectares de floresta, dos quais seis milhões de floresta primária, continuam a desaparecer, todo os anos, a nível mundial.¹⁴ Esta perda só foi compensada parcialmente pela reflorestação. Consequentemente, em todo o mundo, perdem-se cerca de 7 milhões de hectares de cobertura florestal por ano.

35. A meta de reduzir a perda de biodiversidade até 2010 não foi atingida. Nos últimos relatórios apresentados à Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica, muitos governos reconhecem que essa meta não será atingida a nível nacional. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza, cerca de 17 000 espécies vegetais e animais estão ameaçadas de extinção. As principais ameaças e as causas primeiras da perda da biodiversidade, nomeadamente o sobreconsumo, a perda de habitats, as espécies invasivas, a poluição e as alterações climáticas não estão a ser enfrentadas eficazmente.²¹

B. Novos problemas e desafios

36. Esta secção do presente relatório destaca alguns desafios e alguns factores que poderão comprometer os êxitos alcançados e criar obstáculos à realização dos objectivos de desenvolvimento, nomeadamente dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O desafio consiste em transformar as dificuldades em oportunidades, com base numa análise correcta das causas subjacentes e na elaboração de políticas adequadas para as enfrentar.

²⁰ Programa Conjunto OMS/UNICEF de Vigilância do Fornecimento de Água e do Saneamento, *Progress on Drinking Water and Sanitation: Special Focus on Sanitation* (Nova Iorque e Genebra, 2008).

²¹ União Internacional para a Conservação da Natureza, *Wildlife in a Changing World, 2009* (relatório baseado na análise das 44 838 espécies constantes da lista vermelha elaborada pela União).

Alterações climáticas

37. As principais vítimas das alterações climáticas são as populações vulneráveis, que foram as que menos contribuíram para o problema. A luta contra as alterações climáticas proporciona oportunidades de introduzir melhorias mais amplas nas economias, na governação e nas instituições bem como nas relações e responsabilidades intergeracionais. A realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio deveria também contribuir para a criação das capacidades necessárias para enfrentar as alterações climáticas.

38. Optar pela redução das emissões de gases com efeito de estufa e por uma via de forte crescimento para fazer face aos desafios do desenvolvimento e do clima é, simultaneamente, necessário e exequível.²² A luta contra o aquecimento global só pode ser levada a cabo mediante a redução das emissões, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Dispomos dos meios tecnológicos para seguir essa via. Mas a mudança exigiria medidas de ajustamento socioeconómico sem precedentes e dispendiosas nos países em desenvolvimento bem como uma intensificação considerável do apoio e da solidariedade internacionais.

39. Para conseguir uma tal transformação, seria necessário um novo pacto mundial que permita aumentar os níveis de investimento e mobilizar recursos para realizar um investimento maciço em energias renováveis e reforçar as capacidades de resiliência às alterações climáticas inevitáveis. A maioria dos países em desenvolvimento não dispõe ainda dos recursos financeiros, dos conhecimentos especializados no domínio da tecnologia ou da capacidade institucional para pôr em execução essas estratégias a uma velocidade que se coadune com a premência das alterações climáticas. O maior obstáculo a superar para vencer o desafio das alterações climáticas continua a ser o não cumprimento dos compromissos de longa data em matéria de apoio internacional nestas três áreas.

40. É imperativo promover um desenvolvimento que não seja afectado pelas alterações climáticas. Efectuar os investimentos para o conseguir será a melhor maneira de superar a ideia de que há que optar entre o desenvolvimento e a luta contra as alterações climáticas. Para além dos compromissos já assumidos em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento, a implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas e de atenuação dos seus efeitos nos países em desenvolvimento exigiria uma ajuda financeira que poderá equivaler a mais 1% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países ricos em 2015,²³ o que representa uma pequena quantia em comparação com os custos prováveis da inacção. Será preciso incentivar, apoiar e até subsidiar muitas abordagens alternativas – como o recurso à energia solar em larga escala ou a recuperação de terras extremamente degradadas ou não utilizadas. Serão necessários incentivos económicos para acelerar uma transição para tecnologias mais limpas.

As crises actuais: financeira, económica e alimentar

²² *World Economic and Social Survey 2009* (United Nations publication, Sales No. E.09.II.C.1).

²³ Nicholas Stern, “Deciding our future in Copenhagen: will the world rise to the challenge of climate change?”, Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment, documento de orientação (Dezembro de 2009); pág. 3; e *World Economic and Social Survey 2009*.

41. Embora as medidas tomadas até agora para responder à crise financeira e económica mundial tenham permitido evitar uma recessão mais profunda, ainda não produziram uma solução sustentável a longo prazo. Pouco se fez para enfrentar os ataques dos especuladores que levaram os mercados financeiros a comprometer as verdadeiras prioridades do sector. Até há pouco, os discursos internacionais oficiais sobre as reformas financeiras incidiam sobretudo na remuneração dos quadros e não na melhoria da regulamentação dos mercados financeiros, para já não falar do impacto da crise nos mercados de divisas e de matérias-primas e no sistema de trocas.

42. A arquitectura financeira mundial terá de ser revista. Dadas as deficiências do sistema financeiro, é preciso melhorar o controlo regulamentar, exigir níveis mais elevados de reservas de capitais e medidas eficazes e equitativas em relação a instituições financeiras consideradas “demasiado grandes para fracassar”. É necessário também tornar os mercados financeiros menos voláteis e mais previsíveis. Ao mesmo tempo, estas iniciativas terão de ser concebidas de forma a garantir que ajudarão também a estimular tanto o investimento como a procura privada e que a recuperação económica prossiga depois da intervenção dos poderes públicos. É também essencial evitar o recurso a medidas proteccionistas, quer o sejam abertamente quer não, para estimular a recuperação. Uma integração produtiva das economias deve contribuir para promover a equidade e para garantir níveis mínimos de prestações sociais e outras medidas de protecção social.

43. Deveriam ser utilizadas medidas inovadoras para enfrentar as crises, nomeadamente a alimentar. Muitas acções originais eficazes em termos de custos, no âmbito da alimentação, poderiam ser realizadas em maior escala. Entre elas, contam-se complementos e suplementos alimentares (suplementos nutritivos) adaptados às necessidades específicas de crianças de tenra idade e doentes, nomeadamente de seropositivos, a diversificação da produção alimentar local e a produção de alimentos mais nutritivos. A proporção da Ajuda Pública ao Desenvolvimento destinada à agricultura – apenas 4%, em 2006, em comparação com quase 20% há algumas décadas – deveria aumentar. Deveriam ser realizados novos investimentos significativos no desenvolvimento das capacidades dos pequenos agricultores, na melhoria das tecnologias de gestão da água, no restabelecimento dos recursos do solo em elementos nutritivos, na introdução de variedades agrícolas mais resistentes e na criação de oportunidades de mercado para os pequenos agricultores.

Intensificar a prevenção da violência e a resposta a crises humanitárias

44. Os riscos de catástrofe estão a aumentar a nível mundial e encontram-se concentrados nos países de rendimento médio e baixo.²⁴ A redução desses riscos e aumento da resiliência a catástrofes naturais em diferentes sectores de desenvolvimento podem ter efeitos multiplicadores e acelerar a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. De acordo com o Quadro de Acção de Hyogo 2005-2015: Aumentar a Resiliência das Nações e Países em relação às Catástrofes, aprovado pelos Estados Membros, todos os países devem redobrar os esforços para reduzir, até 2015, os riscos de catástrofe que os ameaçam. O número aterrador de vidas perdidas no Haiti demonstra a necessidade de garantir que o

²⁴ Nações Unidas, *2009 Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction: Risk and Poverty in a Changing Climate*.

ambiente construído pelo homem possa resistir a um grande variedade de riscos potenciais, tanto sísmicos como climáticos.

45. A violência armada, os conflitos (entre Estados, civis e criminosos) e o conseqüente desmoronamento do Estado de direito, da justiça e da segurança constituem também uma ameaça importante à segurança humana e aos progressos duramente alcançados na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. É, pois, urgente combater as causas profundas dos conflitos e da violência armada e avançar para soluções centradas nas pessoas. Isto exige um reforço das instituições encarregadas de monitorizar e atenuar os conflitos, o crime e a violência, bem como que se identifiquem e eliminem as causas subjacentes, os factores de risco e as tensões, antes que se transformem em conflitos armados e crises humanitárias. As reformas que visam reforçar as instituições deveriam também promover a transparência e dar às comunidades até então sub-representadas meios para se fazerem ouvir e participarem no processo de paz.

46. É igualmente essencial tomar medidas após os conflitos, nomeadamente a fim de promover o Estado de direito, a justiça e a segurança, a implementação de estratégias de redução da violência armada, a aceleração da recuperação económica, a reconstituição de capacidades, a criação de instituições democráticas e a reinserção dos países na arquitectura mundial, sem comprometer a apropriação das estratégias por parte dos mesmos. Há que aproveitar melhor este período para eliminar desigualdades e a discriminação na legislação e na prática e para garantir a igualdade de acesso a recursos e oportunidades.

Satisfazer as necessidades especiais dos mais vulneráveis

47. É preciso prestar a devida atenção às necessidades especiais dos mais vulneráveis bem como ao agravamento das desigualdades socioeconómicas, com base na geografia, sexo, idade, deficiência, etnia e outras vulnerabilidades. É particularmente urgente debruçar-se sobre os seguintes problemas:

(a) As crianças de famílias pobres, de zonas rurais, de bairros degradados e de outros grupos desfavorecidos enfrentam grandes obstáculos para aceder a uma educação de qualidade. A diferença entre as taxas de alfabetização das crianças de agregados familiares pertencentes aos 20% mais ricos e as das famílias pertencentes aos 20% mais pobres é superior a 40 pontos percentuais. As crianças com deficiência figuram entre as mais marginalizadas e com menos probabilidade de frequentar a escola;¹¹

(b) As crianças muito novas são especialmente vulneráveis. As crianças que apresentam um atraso de crescimento aos 2 anos sofrem, em geral, as conseqüências deste ao longo da vida, nomeadamente nos domínios da saúde, do desenvolvimento cognitivo e das perspectivas económicas;

(c) Os povos indígenas estão sobre-representados entre os pobres e o seu acesso a serviços de saúde e educativos adequados é ainda mais limitado do que o do resto da população nacional. São especialmente vulneráveis à degradação ambiental. Representam 15% dos pobres do planeta e um terço dos 900 milhões dos habitantes extremamente pobres das zonas rurais;²⁵

²⁵ Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, "Statistics and key facts about indigenous peoples", disponível em www.ruralpovertyportal.org.

(d) Na África Subsariana, cerca de 1,8 milhões de crianças com menos de 15 anos vivem com o VIH, enquanto aproximadamente 12 milhões de menores de 18 anos perderam um ou os dois progenitores devido à SIDA. Em 56 países sobre os quais dispomos de dados recentes relativos aos agregados familiares, os órfãos que haviam perdido os dois progenitores tinham 12% menos de possibilidades de frequentar a escola, e exerciam amiúde funções de chefes de família, assumindo enormes responsabilidades, ainda muito jovens. O impacto da orfandade pode ser especialmente grave no caso das raparigas, que têm geralmente maior probabilidade de não frequentar a escola do que os rapazes.²⁶ As crianças que não beneficiam da orientação e protecção dos seus principais cuidadores correm um maior risco de se tornarem vítimas de violência, de exploração, de tráfico, de discriminação e de outros maus tratos que têm como consequência a malnutrição, doenças, traumas físicos e psicossociais e perturbações do desenvolvimento cognitivo e emocional. As raparigas não acompanhadas estão particularmente expostas à violência sexual;

(e) No final de 2008, havia cerca de 42 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo. E entre elas, contavam-se 15,2 milhões de refugiados, 827 000 requerentes de asilo (cujos pedidos se encontravam em processo de apreciação) e 26 milhões de deslocados internos. As mulheres e raparigas representam 47% dos refugiados e requerentes de asilo e metade dos deslocados internos e repatriados. Entre os refugiados e requerentes de asilo, 44% são menores de 18 anos. Mais de 5,7 milhões de refugiados encontram-se em situações que se eternizam e para as quais existe uma esperança muito reduzida de encontrar uma solução, nomeadamente cerca de 70% dos refugiados em África.²⁷ Na África Subsariana, 7 em cada 10 refugiados residem em campos de refugiados muitas vezes isolados e inseguros, com restrições de movimentos que afectam o emprego, a educação e saúde e outros serviços.²⁸ Tornam-se dependentes de assistência destinada a garantir um nível mínimo de subsistência e a sua vida é marcada pela pobreza, a frustração e um potencial não realizado.

²⁶ Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, “Report on the global AIDS epidemic” (2008).

²⁷ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, *2008 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons* (2009).

²⁸ *Ibid.*, *The State of The World's Refugees 2006: Human Displacement in the New Millennium* (2006).

II. Lições aprendidas, tendo em vista acelerar os progressos na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

A. Lições aprendidas²⁹

Apropriação nacional

48. A apropriação nacional das estratégias de desenvolvimento é fundamental, uma vez que as políticas e programas que obedecem a um modelo único estão destinados a falhar devido às amplas variações entre países em termos da sua capacidade (recursos, instituições, administração) e circunstâncias históricas e geográficas. A apropriação também é vital para assegurar um empenhamento nacional em alcançar os objectivos de desenvolvimento. Os países que obtiveram bons resultados adoptaram um conjunto de medidas pragmáticas e heterodoxas que melhoraram as suas capacidades nacionais. Os países deveriam, pois, ser incentivados a criar e implementar as suas próprias estratégias de desenvolvimento e a reforçar as suas capacidades nacionais. Essas estratégias nacionais de desenvolvimento e as acções que visam reforçar as capacidades nacionais deveriam ser apoiadas por parcerias internacionais.

Crescimento sustentado e equitativo

49. Não é possível alcançar progressos substanciais na redução da pobreza sem um crescimento sustentado e equitativo baseado numa evolução económica estrutural dinâmica que permita também progressos mais rápidos na realização dos outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Embora o crescimento económico seja necessário, não é suficiente para assegurar avanços na redução da pobreza. Os países que tiveram maior êxito na redução da pobreza extrema conseguiram manter um crescimento económico elevado durante períodos prolongados e a maioria fê-lo estimulando o processo de crescimento mediante o aumento da produtividade agrícola, ao qual se seguiu uma expansão dinâmica da indústria moderna e do sector dos serviços. Geralmente, essa transformação económica escorou-se em políticas industriais eficazes e o forte crescimento favoreceu a criação de emprego e o aumento dos rendimentos dos trabalhadores. Este, por sua vez, permitiu mobilizar mais recursos, melhorando – quando combinado com políticas sociais adequadas – a cobertura e a qualidade dos serviços sociais, contribuindo, assim, para a realização dos outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Políticas macroeconómicas

50. São necessárias políticas macroeconómicas orientadas para o futuro, para garantir a sustentabilidade de estratégias de investimento público que apoiem um crescimento multisectorial e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As políticas macroeconómicas não se deveriam centrar exclusivamente na estabilização da dívida e no controlo da inflação, devendo, em última instância, apoiar o crescimento da produção real e do emprego. Por conseguinte, muitas vezes é necessário flexibilizar as restrições orçamentais e monetárias demasiado rigorosas

²⁹ Para uma apresentação e análise dos factos, ver *Rethinking Poverty: Report on the World Social Situation 2010* e os trabalhos do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Grupo de Trabalho sobre o Atraso na Realização dos ODM (ver www.undg.org). Ver também Banco Mundial, *Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform* (2005).

e adoptar políticas orçamentais e monetárias anticíclicas para estimular o emprego e o rendimento e para minimizar o impacto dos choques externos e de outros na pobreza. Isto exige que os países reforcem a mobilização dos recursos internos e adoptem políticas anticíclicas. Uma maior cooperação internacional para reforçar a cobrança de receitas fiscais e aumentar a sustentabilidade da dívida poderá reforçar grandemente a capacidade orçamental de todos os governos.

Serviços sociais

51. É essencial assegurar o acesso universal a serviços sociais bem como uma protecção social com uma ampla cobertura, para consolidar os avanços e continuar a colher os frutos da consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As consequências sociais das crises económicas foram mais duras nos países onde a fragilidade e a inadequação dos sistemas de protecção social eram agravadas pela insuficiente capacidade institucional e orçamental. E, o que é ainda mais importante, quando o crescimento se desmorona em consequência de choques externos, catástrofes naturais ou epidemias, a coesão social pode entrar em ruptura, conduzindo à violência civil. Naturalmente, esta está mais difundida e tem mais probabilidade de ocorrer em sociedades mais pobres, sobretudo naquelas em que os poderes públicos não querem ou não podem garantir a protecção social ou promover a integração social. Logo, os países deveriam proporcionar uma protecção social mínima, de modo a garantir a manutenção e regeneração dos meios de vida, em especial dos grupos desfavorecidos e vulneráveis. A implementação do conceito de “protecção social mínima” implica um conjunto de transferências sociais e de direitos que permitem que os indivíduos tenham acesso a bens e serviços essenciais. A existência de programas de protecção social não só é desejável como constitui uma condição *sine qua non* do desenvolvimento inclusivo, na medida em que permite combater a desigualdade e a exclusão social. Em sentido amplo, o desenvolvimento social deveria abranger o apoio às pequenas explorações agrícolas, programas de nutrição, refeições escolares, acesso a cuidados de saúde primários e à educação, acesso a água potável e saneamento, e apoio aos indigentes, pessoas com deficiência e outros agregados familiares pobres. Os programas de trabalho em troca de alimentos podem actuar como um amortecedor fundamental. É materialmente possível implementar programas de protecção social básica (como pensões sociais e outros programas de transferências monetárias) para todos, na maior parte das economias em desenvolvimento,³⁰ mas não nos países mais pobres, a menos que recebam uma avultada ajuda internacional para financiar esses programas.

Desigualdades

52. É preciso combater as desigualdades e a exclusão social, que limitam a contribuição do crescimento para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As desigualdades de acesso, protecção social e oportunidades devem ser substancialmente reduzidas. Embora a maioria das acções em prol da realização dos Objectivos vise, primordialmente, corrigir as desigualdades de acesso aos serviços (por exemplo, emprego, saúde, educação, água e saneamento), algumas atribuem maior importância às desigualdades em termos de protecção social e de perspectivas económicas.

³⁰ Organização Internacional do Trabalho, “Can low-income countries afford basic social security?” *Social security policy briefings*, No. 3 (Genebra, 2008).

As comunidades

53. As estratégias holísticas e dirigidas pelas comunidades são mais eficazes do que os programas isolados. O projecto das Aldeias do Milénio, que beneficia do apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de numerosas instituições parceiras da sociedade civil, do mundo universitário e das empresas, mostrou que os investimentos sinérgicos na agricultura, saúde, educação, infra-estruturas, desenvolvimento de empresas e protecção do ambiente podem conduzir a progressos rápidos e consideráveis no domínio da segurança alimentar, escolarização e aproveitamento escolar, redução da fome e melhoria das condições de vida, num curto período de tempo. Os governos e os parceiros de desenvolvimento deveriam adoptar com maior frequência essas abordagens holísticas, tanto em contextos urbanos como rurais, e deveriam realizar em maior escala as acções em curso que são bem sucedidas.

Intervenções

54. Os programas de intervenção com alvos específicos, baseados em investimentos públicos e privados complementares, que tiveram êxito contribuíram largamente para os progressos alcançados na realização da maioria dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os investimentos nas pequenas explorações agrícolas são essenciais para combater a fome. Os investimentos em professores e escolas são essenciais para garantir o ensino primário universal. Os investimentos em saúde pública são essenciais para alcançar os Objectivos 4, 5 e 6. Os investimentos em água e saneamento são essenciais para o Objectivo 7. Os investimentos públicos com alvos específicos e de dimensão suficiente têm mais possibilidades de contribuir para acelerar a realização dos Objectivos. Quando não houve investimento público, como no caso das acções que visam garantir um parto sem riscos, os progressos foram, na melhor das hipóteses, modestos.

55. É possível e extremamente importante acelerar as intervenções, se se quiserem conseguir avanços mais rápidos na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que parecem inalcançáveis, a manterem-se as tendências actuais. As intervenções com alvos específicos podem melhorar rapidamente as condições de vida das pessoas, ao darem acesso a bens e serviços essenciais. A título de exemplo, citem-se o fornecimento de factores de produção agrícolas subsidiados, a expansão dos programas de refeições escolares, a eliminação de propinas escolares e de taxas de utilização dos serviços de saúde e as transferências monetárias condicionais para famílias pobres. Embora essas medidas não se devam substituir a estratégias nacionais de desenvolvimento, bem planeadas e geridas, apoiadas por parcerias de desenvolvimento com capacidade de resposta, a sua implementação não deveria esperar por alterações estruturais a longo prazo, dado que as demoras têm consequências adversas irreversíveis para os mais pobres e os mais vulneráveis.

Apoio financeiro

56. Um apoio financeiro adequado, coerente e previsível e um enquadramento político coerente e previsível, tanto a nível nacional como internacional, são fundamentais para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A falta de financiamento internacional adequado e previsível tem sido um obstáculo importante. É urgente alargar e reforçar parcerias para garantir condições

internacionais favoráveis às trocas comerciais, à fiscalidade, à tecnologia, à adaptação às alterações climáticas e à atenuação dos seus efeitos, tendo em vista um desenvolvimento humano sustentável a longo prazo, e assegurar um financiamento suficiente, previsível e coordenado do desenvolvimento, obtido através dos orçamentos nacionais, da APD, das instituições filantrópicas, da redução da dívida e de novas fontes, instrumentos, mecanismos e instituições de financiamento.

Governança

57. A governança e as capacidades institucionais de execução a nível nacional, que são produto do desenvolvimento e fins desejáveis em si mesmas, podem contribuir para acelerar a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os países podem avançar nessa direcção, aderindo aos princípios e valores fundamentais da Declaração do Milénio, no que se refere, nomeadamente, aos direitos humanos, à igualdade de género e à governança democrática. Tendo em vista a consecução dos Objectivos, a integridade, a responsabilização e a transparência são cruciais para a gestão dos recursos, a recuperação de bens e o combate aos abusos, à corrupção e ao crime organizado que têm efeitos adversos nos pobres. A governança democrática, como processo de empoderamento de pessoas e comunidades, é essencial para o desenvolvimento. Os objectivos ligados à “boa governança” deveriam, no entanto, ser prosseguidos em conjugação com o desenvolvimento, especialmente quando os recursos orçamentais e as capacidades administrativas de que se dispõe são limitados. A curto prazo, deveriam ser privilegiadas as reformas pragmáticas da boa governança do desenvolvimento, para enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento e à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Monitorização

58. Para melhorar a concepção de programas e políticas e assegurar a sua intervenção atempada são indispensáveis uma monitorização e dados de melhor qualidade. É também crucial garantir a responsabilização dos parceiros de desenvolvimento e das partes interessadas.³¹ Embora a situação esteja a melhorar, dispõe-se ainda de poucos dados estatísticos fiáveis para acompanhar o desenvolvimento, em inúmeros países pobres, e continua a ser extremamente difícil criar capacidades internas nesses países para produzir dados mais pertinentes para as políticas. Se bem que as estatísticas sejam cada vez mais reconhecidas como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento, os recursos que lhes são dedicados continuam a ser muito limitados. Com o apoio de parceiros de desenvolvimento, os países têm também de aumentar os gastos públicos com os sistemas nacionais de estatística, de modo a acompanhar eficazmente os progressos na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e de outros indicadores de desenvolvimento, para poderem tomar decisões sobre políticas com melhor conhecimento de causa.

Principais factores de êxito

Os principais factores de êxito³² são:

³¹ “Millennium Development Goal tracking and monitoring at the global, regional and country levels”, documento de síntese elaborado pelo Gabinete de Política de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 27 de Agosto de 2009.

³² Para mais informações, ver “Accelerating progress towards the Millennium Development Goals”

1. Liderança eficaz no seio dos governos e uma apropriação nacional das estratégias de desenvolvimento.
2. Políticas eficazes para apoiar a implementação – leis, regulamentos, normas, procedimentos administrativos e directrizes (gerais ou específicas sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio), que afectem o comportamento dos indivíduos e a conduta dos prestadores de serviços e outros com os quais tenham de interagir.
3. Investimentos acrescidos, de maior qualidade e com alvos mais definidos, financiados por fontes internas e pela ajuda internacional ao desenvolvimento, com base numa abordagem holística que englobe as pequenas explorações agrícolas, a saúde, a educação, as infra-estruturas, o desenvolvimento das empresas e a protecção do ambiente.
4. Capacidades institucionais adequadas para prestar serviços de qualidade, de uma forma equitativa, à escala nacional, tais como serviços adequados, pessoal competente, provisões e equipamento suficientes e um acompanhamento e avaliação eficazes.
5. Participação da sociedade civil e das comunidades e reforço das suas capacidades de intervenção que aumentem as possibilidades de êxito, dando aos indivíduos a capacidade de assumir o controlo das suas vidas.
6. Parcerias internacionais eficazes entre todas as partes interessadas pertinentes, nomeadamente governos dos países doadores, comunidades locais, organizações não governamentais, o sector privado e fundações, com a responsabilização mútua de todas as partes interessadas.
7. Boa governação por parte de doadores e beneficiários. Entre outras coisas, implica, por um lado, uma prestação atempada e previsível de ajuda por parte dos doadores e, por outro, uma maior capacidade do Estado e da sociedade dos países beneficiários no que se refere a gerir recursos maciços de uma forma transparente e com responsabilidade.

59. Um dos avanços mais importantes da última década foi o facto de os governos e os seus parceiros, mesmo nos países onde se regista um grande atraso na consecução de muitos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, terem uma boa noção dos programas e acções necessários para os atingir. Na maioria dos casos, os três desafios fundamentais foram a adopção de um plano de intensificação, a nível nacional, a mobilização de um financiamento adequado proveniente de fontes nacionais e estrangeiras, nomeadamente a título de ajuda ao desenvolvimento, e a criação de mecanismos de prestação eficazes no domínio do investimento público e dos serviços. As experiências bem sucedidas mostram como é que estes principais factores de êxito se conjugaram para produzir resultados notáveis, em relação a cada Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Embora as características dos países (geográficas, demográficas, económicas, culturais) variem inevitavelmente e as intervenções específicas que foram implementadas com êxito difiram, segundo as especificidades dos países, os exemplos fazem ressaltar estes factores de êxito comuns.

(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a publicar) e o trabalho do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Grupo de Trabalho sobre o Atraso na Realização dos ODM.

60. Os exemplos de êxito sublinham a necessidade de uma abordagem holística e confirmam que a obtenção de resultados positivos em relação a todos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e um ambiente de um modo geral mais favorável aumentam a probabilidade de alcançar progressos sustentados na realização de cada um dos Objectivos. Ajudam a definir a nossa responsabilização colectiva, mas devem ser vistos de uma forma holística. Como as Aldeias do Milénio demonstram, as sinergias entre os Objectivos são claras e incontestáveis. O aproveitamento dessas sinergias reduzirá os custos, aumentará a eficácia e catalisará as iniciativas locais. Por exemplo, a meta da educação exige progressos na saúde. A meta da saúde exige progressos na fome e alimentação. A meta da fome exige progressos na agricultura e na alimentação, e assim sucessivamente. Há muitos exemplos positivos de abordagens integradas dos Objectivos que têm tido um êxito tremendo. Temos de aprender com estes exemplos e levar a cabo essas intervenções a uma escala maior. Os objectivos, metas e indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram concebidos de modo a reflectirem a abordagem integrada do desenvolvimento preconizada na Declaração do Milénio e no Documento Final da Cimeira Mundial de 2005.

B. Acelerar os progressos

61. A questão fundamental consiste, hoje em dia, em como aumentar radicalmente o ritmo das mudanças no terreno, nos cinco anos que restam, de modo que as promessas de 2000 se traduzam em progressos reais para os mais pobres do mundo, especialmente nesta época de recessão económica mundial. Tendo em conta o prazo de 2015, é essencial que se acelerem os avanços; quando falta apenas meia década para o prazo se esgotar, é necessário acelerar o passo, sobretudo nos países mais pobres.

62. Subsistem disparidades significativas e um grande número de países está longe de se encontrar no bom caminho para atingir muitos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Além disso, há ainda muito a fazer em domínios como a sustentabilidade ambiental, inclusive em países que obtiveram resultados impressionantes em matéria de redução da pobreza, ao longo da última década, nomeadamente em grande parte da Ásia. Os recuos registados em consequência das crises alimentar, energética e financeira e de novos problemas, como as alterações climáticas, vieram agravar a situação. Nos próximos anos, os esforços para reduzir a pobreza continuarão a ser entravados pela demora na recuperação do emprego, em consequência do abrandamento da economia mundial, e é provável que as alterações climáticas tenham um impacto devastador em países e comunidades vulneráveis.

63. Embora os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio visem primordialmente os países em desenvolvimento, mais duramente afectados pela pobreza, também se registam défices de desenvolvimento humano em países desenvolvidos, especialmente entre os grupos marginalizados. A vulnerabilidade, a discriminação, a exclusão social e as disparidades de género subsistem em países avançados e não podem ser ignoradas.

64. Como mostram os exemplos de êxito a nível nacional, as intervenções com alvos bem definidos, a curto prazo, para avançar mais rapidamente – tais como os subsídios aos factores de produção agrícolas indispensáveis, a vacinação, a eliminação das propinas escolares e das taxas de utilização dos serviços de saúde e a

eliminação das limitações de recursos humanos no sector da saúde – continuam a revestir-se de uma enorme importância para acelerar os progressos nas áreas onde, a manterem-se as tendências actuais, a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio é improvável. É possível e necessário potenciar soluções baseadas em novas tecnologias, que não existiam quando os Objectivos foram adoptados, de modo a permitir uma intensificação rápida. A mais importante dessas tecnologias tem que ver com a utilização de telemóveis, o acesso à Internet de banda larga e outras tecnologias da informação e comunicação.

65. Ao mesmo tempo, essas intervenções devem inserir-se num quadro de estratégias nacionais de desenvolvimento que definam acções que garantam a sustentabilidade dos resultados a longo prazo. Em especial, mesmo que isso não seja suficiente, neste período de instabilidade económica, alimentar e climática a nível mundial, em que os progressos realizados no domínio da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio podem estar comprometidos, pode ser tão importante criar as condições favoráveis indispensáveis a avanços sustentados como acelerar a realização dos Objectivos. Uma estratégia a curto prazo, que privilegie a obtenção de resultados imediatos, pode ser eficaz em termos de salvar vidas e atenuar o sofrimento, mas não exclui as mudanças estruturais a longo prazo, sem as quais não pode haver progressos sustentáveis.

66. O mero facto de os problemas ligados à pobreza, alimentação, energia, recessão mundial e alterações climáticas estarem interrelacionados proporciona à comunidade mundial uma oportunidade única de os enfrentar conjuntamente. A necessidade premente de um “*New Deal* verde mundial” passa por um compromisso de todas as partes em relação a grandes investimentos públicos em energias renováveis, de modo a conseguir economias de escala e conhecimentos, gerar emprego tanto nos países ricos como nos pobres e lançar as bases de uma nova fase de progresso económico e tecnológico mundial. Para além de beneficiarem os pobres, esses investimentos lançariam também as bases de um desenvolvimento sustentável, estimulariam investimentos complementares em infra-estruturas e na agricultura e ajudariam a aumentar a produtividade agrícola, aumentando, assim, a segurança alimentar e criando emprego digno para os pobres das zonas rurais.³³

67. Tratar-se-ia, essencialmente, de velar por que as medidas tomadas para fazer face ao abrandamento da economia facilitem a implementação de respostas que já mostraram resultar, especialmente a manutenção do crescimento nos países em desenvolvimento, a continuação do apoio a programas integrados de erradicação da pobreza, o alargamento do âmbito das intervenções com alvos específicos, a criação das infra-estruturas necessárias a uma nova era de desenvolvimento económico sustentável e a protecção dos países e comunidades pobres contra os efeitos negativos das crises mundiais.

68. É, pois, necessário acelerar os avanços, consolidando-os, simultaneamente. A rapidez e a sustentabilidade dos progressos na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio dependerão dos nossos esforços conjugados para avançar mais eficazmente do que até aqui em relação a três aspectos:

³³ O *World Economic and Social Survey 2009* contém uma proposta minuciosa de realização sinérgica dos objectivos de desenvolvimento e climáticos. Ver também, Banco Mundial, *World Development Report 2010: Development and Climate Change*.

(a) Intensificar a implementação de intervenções inovadoras que provaram resultar em domínios como o género, a agricultura sustentável (nomeadamente factores de produção para pequenos agricultores e gestão ambiental sustentável), a energia, a educação e a saúde. Este esforço deve ser apoiado por investimentos com alvos específicos, uma participação informada das comunidades e capacidades institucionais adequadas, para mobilizar e gerir eficazmente os recursos financeiros e assegurar a prestação de serviços públicos;

(b) Criar bases estruturais e económicas que favoreçam a obtenção e continuação de progressos no domínio da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e que atenuem os riscos de recuos, graças a políticas económicas e sociais eficazes e instituições assentes nos direitos universais e que apoiem as mudanças estruturais e a coesão social, à criação de condições mais favoráveis à paz, à segurança e à boa governação, a investimentos públicos e privados que conduzam a um crescimento mais rápido e favorável aos pobres e a medidas eficazes para garantir a sustentabilidade ambiental;

(c) Alargar e reforçar as parcerias, a fim de garantir uma maior integração mundial e regional, um quadro internacional que favoreça as trocas comerciais, a transferência de tecnologia, a atenuação dos efeitos das alterações climáticas e a adaptação a estas, de modo a promover um desenvolvimento humano a longo prazo; e assegurar um financiamento suficiente, previsível e bem coordenado do desenvolvimento, proveniente dos orçamentos nacionais, da APD, das instituições filantrópicas, da redução da dívida e de novos instrumentos de financiamento. Este terceiro elemento decorre do reconhecimento de que, tanto a nível nacional como internacional, nenhuma parte interessada pode, por si só, alcançar as duas primeiras prioridades estratégicas.

69. A aceleração da realização de cada um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exigirá as medidas específicas apresentadas a seguir:

Pobreza e fome (Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 1)

70. Para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 1:

(a) Os países pobres dotados de grandes sectores agrícolas deveriam concentrar-se em reforçar a produtividade e a qualidade da produção agrícola. Um aumento forte da produtividade agrícola pode permitir obter simultaneamente diversos resultados: (i) reduzir a fome; (ii) reduzir a mortalidade infantil mediante uma melhor nutrição; (iii) reduzir a mortalidade materna graças a uma melhor nutrição; e (iv) aumentar os rendimentos das famílias e o crescimento económico;

(b) Para aumentar a produtividade, os pequenos agricultores deverão ter acesso imediato a consumos intermédios – tais como adubos, sementes de alto rendimento, equipamento, irrigação em pequena escala, vulgarização técnica e armazenagem após as colheitas – para modernizar e comercializar a agricultura tradicional. Paralelamente, é preciso introduzir práticas agrícolas sustentáveis. Se não for devidamente regulamentada, a agricultura intensiva poderá conduzir ao esgotamento dos recursos hídricos, à poluição por adubos químicos e pesticidas e à perda de biodiversidade;

(c) O aumento da produção não afecta apenas um aspecto da segurança alimentar³⁴ (a saber, a oferta) e deve ser complementado por outras intervenções, a fim de corrigir as desigualdades de acesso aos produtos alimentares e de melhorar a nutrição. Os programas de segurança alimentar deveriam, portanto, atacar os problemas de acesso a alimentos nutritivos adequados (tomando em consideração as preferências locais em matéria de consumo alimentar e as diferentes necessidades nutricionais) e implementar programas de nutrição integrados destinados aos pobres e pessoas vulneráveis. As zonas de concentração da fome no interior dos países deveriam constituir uma das grandes prioridades, a curto prazo. As intervenções baseadas na prevenção, como a distribuição de alimentos enriquecidos em micronutrientes e de suplementos alimentares, bem como o apoio dirigido às crianças através do fornecimento de refeições escolares, deverão também ser complementadas com intervenções terapêuticas como o tratamento de níveis graves e moderados de malnutrição aguda e campanhas maciças de tratamento anti-helmíntico das crianças;

(d) O acesso a um emprego digno e produtivo e a promoção do espírito empresarial são essenciais para um crescimento favorável aos pobres e para os esforços para combater a pobreza e a fome. Os programas bem sucedidos, em especial as iniciativas com forte intensidade de mão-de-obra, o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, os programas de garantia de emprego e as transferências monetárias condicionais, bem como a formação profissional e técnica e a promoção do espírito empresarial, nomeadamente entre jovens desempregados, podem ter efeitos positivos na redução da pobreza e deveriam ser utilizados mais amplamente de modo a cobrirem sectores mais alargados da população, em particular as mulheres e os habitantes das zonas rurais;

(e) É necessário prestar atenção às recomendações contidas no Pacto Mundial para o Emprego, adoptado pelos representantes dos governos, das entidades patronais e dos trabalhadores dos 183 Estados Membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Pacto propõe uma série de medidas para responder à crise e relançar a economia, já testadas, que se centram no emprego e na protecção social. Não se trata de uma solução única, aplicável a todos, mas sim de um conjunto de opções, assentes em exemplos concludentes, que os países podem adaptar à sua situação e necessidades específicas.

Educação (Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 2)

71. Para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 2:

(a) É necessário reforçar os sistemas nacionais de educação, procurando superar as limitações em termos de infra-estruturas, recursos humanos e boa governação, com o apoio dos doadores internacionais;

(b) Quando os orçamentos da educação aumentam, há que tomar em consideração as desigualdades de rendimento, de género, geográficas, linguísticas e étnicas ao proceder à afectação de recursos. As intervenções deveriam atacar os problemas de acesso à escolarização do lado da oferta e da procura. Do lado da oferta, há que prestar serviços de qualidade e torná-los acessíveis, com base numa análise rigorosa das necessidades. Do lado da procura, é preciso pôr em prática

³⁴ Existe segurança alimentar quando todas as pessoas, a todo o momento, têm acesso a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva que lhes permita levarem uma vida activa e saudável.

medidas com alvos específicos para atrair à escola crianças de famílias pobres, de zonas rurais ou de grupos étnicos minoritários. Foi possível melhorar o acesso ao ensino primário, abolindo as propinas, subsidiando outras despesas (por exemplo, manuais escolares, uniformes e transportes) e adoptando abordagens inovadoras da escola (por exemplo, escolas comunitárias, escolas itinerantes, ensino à distância e ensino de níveis múltiplos). Os programas que reforçam a ligação entre educação, saúde e nutrição, tais como os programas de refeições escolares e medidas de protecção social (por exemplo, subsídios e seguros sociais), também produziram resultados;

(c) A progressão no sistema de ensino – a permanência na escola, a conclusão da escolaridade e os resultados da aprendizagem – é outro desafio que é preciso superar urgentemente. Podem criar-se as condições de aprendizagem adequadas e proporcionar uma educação de qualidade multiplicando as escolas adaptadas às necessidades das crianças, adoptando estratégias eficazes e amplas de enquadramento dos professores (por exemplo, políticas de recrutamento e manutenção em funções, apoiadas por uma formação inicial e contínua e o aperfeiçoamento dos professores; estatuto e condições de trabalho dos professores), melhorando o apoio pedagógico e adaptando os *curricula*, os materiais educativos e as línguas de ensino.

Igualdade de género (Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 3)

72. Para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 3:

(a) É preciso eliminar os principais obstáculos à educação das raparigas, nomeadamente concedendo bolsas de estudo e subsídios e eliminando as propinas, alargar o apoio às raparigas, sobretudo ao nível do ensino secundário, em que são obrigadas, com demasiada frequência, a abandonar a escola devido às despesas escolares, acompanhar as taxas de conclusão de um ciclo escolar e de frequência escolar, melhorar a qualidade do ensino e aumentar o investimento na escolarização das raparigas no ensino secundário;

(b) A geração do pleno emprego produtivo e a criação de emprego e salário dignos para aqueles que já ultrapassaram a idade escolar deve ser objectivo primordial das políticas macroeconómicas, sociais e de desenvolvimento, nomeadamente promovendo a igualdade em matéria de formação profissional e de oportunidades de emprego, reduzindo as diferenças salariais entre mulheres e homens;

(c) Há que adoptar medidas de protecção social e leis e políticas laborais que tenham em conta as questões de género e proporcionar e garantir protecção jurídica às das trabalhadoras mais vulneráveis. Deve prestar-se especial atenção às disparidades de género entre os jovens, na transição da escola para o mundo do trabalho, adaptando a educação e formação às necessidades do mercado de trabalho, ao longo da vida, segundo uma abordagem assente em direitos;

(d) É necessário adoptar medidas de discriminação positiva para reforçar a presença e a influência das mulheres em todos os processos de tomada de decisões políticas, nomeadamente investindo no acesso das mulheres à liderança de estruturas de decisão a nível local e assegurando a igualdade de oportunidades dos homens e das mulheres no seio dos partidos políticos. Salvo raras excepções, os 26 países que atingiram ou ultrapassaram o objectivo de as mulheres deterem mais de 30% dos

assentos nos parlamentos nacionais nos últimos cinco anos introduziram algum tipo de medidas de discriminação positiva;

(e) É necessário melhorar a capacidade, a nível nacional, de acompanhar e comunicar os progressos, as lacunas e as oportunidades mediante a criação e utilização melhoradas de dados e estatísticas desagregados por sexo, nomeadamente sobre a utilização do tempo;

(f) A carga de trabalho das mulheres deve ser reduzida, graças a investimentos em infra-estruturas, tecnologias que poupem mão-de-obra e medidas de estímulo económico que tenham em conta a problemática de género;

(g) É preciso reforçar a responsabilização para alargar os direitos das mulheres e pôr termo à discriminação de género – de acordo com os compromissos assumidos no âmbito do Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, da Plataforma de Acção de Beijing e das Convenções pertinentes da OIT – nomeadamente eliminando as desigualdades no acesso à terra e à propriedade e investindo na aplicação de leis, políticas e programas que evitem e combatam a violência contra as mulheres;

(h) Há que aumentar os investimentos a favor da igualdade de género, nomeadamente institucionalizando a elaboração de um orçamento que tome em consideração a problemática de género, no âmbito de reformas da gestão das finanças públicas, a fim de garantir que os compromissos financeiros promovam a igualdade de género.

Saúde (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 4, 5 e 6)

73. Para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 4, 5 e 6:

(a) O reforço dos sistemas nacionais de saúde, com a participação activa de organizações da sociedade civil, pode melhorar consideravelmente a saúde materna e infantil. Esse reforço implica tomar medidas para enfrentar o problema das limitações impostas pela falta de recursos humanos, construir novas infra-estruturas, modernizar e melhorar as redes de distribuição, melhorar a governação e promover uma boa gestão, intervindo mais nos sistemas informais, formais e descentralizados de protecção da saúde. É indispensável a ajuda internacional ao desenvolvimento para reforçar os sistemas de saúde em países de baixo rendimento;

(b) Sabe-se que as intervenções com alvos específicos em áreas fundamentais – tais como programas de vacinação, o aumento do número de parteiras qualificadas e a utilização de mosquiteiros impregnados de insecticida – têm efeitos muitos positivos, mas são mais sustentáveis, quando inseridas numa estratégia que vise garantir o acesso universal aos cuidados de saúde primários;

(c) As intervenções que têm maior impacto nas metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com a saúde, tais como acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, a vacinação e intervenções destinadas a assegurar a sobrevivência das crianças, prevenção da infecção por VIH e os cuidados para atenuar os efeitos da doença, a prevenção e tratamento das doenças tropicais esquecidas, os serviços de prevenção e tratamento da malária e da tuberculose e o acesso, a baixo custo, à água potável e ao saneamento, devem ser urgentemente intensificadas e tornar-se universais, a fim de acelerar os avanços no domínio da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

(d) É necessário aumentar o financiamento mundial, mas segundo modalidades previsíveis. Os programas de controlo de doenças com alvos específicos têm tido muito êxito;

(e) Deveria ser dada prioridade a regiões específicas e a grupos vulneráveis e marginalizados (prestando especial atenção aos pobres, às populações rurais, às mulheres e aos jovens), tendo em vista alargar a protecção em matéria de saúde aos necessitados e aos excluídos;

(f) Há que reforçar a capacidade de todas as partes interessadas no que se refere a fazer face às questões de igualdade de género e à prestação de serviços de saúde e promover parcerias com organizações da sociedade civil, nomeadamente grupos de mulheres, organizações não governamentais e sector privado.

Promover o desenvolvimento sustentável (Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 7)

74. Uma das dificuldades para avançar rumo à consecução do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 7 é a falta de um quadro ou de meios para integrar as diversas componentes da sustentabilidade ambiental. Embora o Objectivo 7 contenha elementos que contribuem para a sustentabilidade ambiental, não são exaustivos. Esta lacuna pode ser agravada a nível nacional se os países adoptarem mecanicamente as metas e indicadores definidos a nível internacional, sem os ligarem ou adaptarem explicitamente às prioridades nacionais. O que é preciso é que os países adoptem o princípio da sustentabilidade ambiental e, depois, adaptem esse princípio às prioridades e políticas nacionais, ao contexto local e às especificidades subnacionais ou do ecossistema.

Sustentabilidade ecológica e luta contra as alterações climáticas

75. Os esforços para acelerar os progressos na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio têm de tomar em consideração a rápida evolução do contexto em que o desenvolvimento se insere, transformado pelo declínio do ecossistema, nomeadamente os problemas decorrentes das alterações climáticas. É possível promover um desenvolvimento favorável aos pobres centrado em recursos naturais, a nível local ou das comunidades ou à escala nacional. Ambas as abordagens são necessárias, se se pretender reduzir ao máximo a pobreza. O recurso a quadros completos e coerentes de planeamento do desenvolvimento, nomeadamente estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, constitui um meio útil de integrar harmoniosamente todos os aspectos da sustentabilidade ambiental num dado país. Esta é uma das conclusões retiradas dos indicadores que apresentam progressos tangíveis. Além disso, as estratégias coroadas de êxito assentam, em geral, na participação activa das autoridades locais e municipais, da população e de todas as partes interessadas no ciclo de planeamento, programação e orçamentação, bem como na adopção de uma legislação nacional forte que defina metas e compromissos obrigatórios para alcançar os objectivos. É importante que parcerias entre os sectores público e privado garantam contribuições reais do sector privado que, de outro modo, não seriam possíveis.

76. É necessário redobrar os esforços, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, para promover fontes alternativas de energia renovável e tecnologias de baixas emissões. É também urgente reformar as políticas, para reduzir substancialmente a concessão de subsídios perversos ao desenvolvimento,

com uma forte intensidade de emissões de carbono, e criar incentivos positivos, impostos adequados e outras iniciativas (tais como um regime global de tarifas de microgeração que incentive a geração e a utilização de energias renováveis) que incentivem a utilização de fontes de energia renováveis e de tecnologias caracterizadas por emissões reduzidas. A concessão de subsídios internacionais à produção de energia a partir de fontes renováveis como base do desenvolvimento nos países em desenvolvimento dissipará a ideia de que existe uma correlação negativa entre a luta contra as alterações climáticas e o desenvolvimento e proporcionará novas e importantes oportunidades ao investimento privado para sair da crise económica e gerar um emprego significativo.

77. É necessária uma forte expansão do investimento na gestão sustentável dos ecossistemas para reduzir a vulnerabilidade dos pobres e maximizar o contributo dos recursos naturais para o desenvolvimento rural. Não é possível reduzir a pobreza sem garantir os direitos dos pobres aos recursos e sem reunir outras condições. As medidas de protecção da biodiversidade devem respeitar os direitos tradicionais dos povos indígenas a meios de vida ligados aos recursos dos mares e das florestas.

78. Os planos de acção e os investimentos nacionais nos domínios da eficiência energética e das energias renováveis serão fundamentais para a transição para um crescimento caracterizado por reduzidas emissões de carbono, para a criação de empregos “verdes” e para a redução da pobreza.

Água potável e saneamento

79. Dada a ausência de progressos em matéria de saneamento, para atingir as metas neste domínio serão necessários vontade política e recursos financeiros, técnicos e humanos significativos. A experiência mostra que os principais problemas foram o recurso excessivo a abordagens determinadas pela oferta, a pouca atenção prestada às necessidades dos utilizadores e a insistência em projectos em grande escala, amiúde em virtude de o sector público ter descurado ou ignorado as suas responsabilidades, em geral devido a restrições orçamentais. O facto de os pobres não terem poder de compra suficiente para pagar um saneamento melhorado dificulta, quase sempre, a adopção de uma abordagem determinada pela procura. A continuação da prestação destes serviços pelo sector público preserva, com frequência, as reduzidas capacidades de boa governação e reguladoras dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que alarga o acesso a esses serviços.

80. É preciso adoptar estratégias nacionais integradas de gestão da água que abranjam os quatro principais usos da água doce – agricultura, uso doméstico, indústria e serviços do ecossistema – para responder com firmeza à crescente escassez de água, que é agravada pelas alterações climáticas.

Reduzir as populações dos bairros degradados

81. As cidades dos países em desenvolvimento de todo o mundo acolhem um número crescente de pobres e não têm capacidade de criar empregos para absorver, de uma forma sustentada, o afluxo de população e alcançar os progressos necessários para realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Tendo em conta a rápida urbanização, estes problemas só irão agravar-se, caso não sejam tomadas as medidas correctivas adequadas. Entre essas medidas, deveriam figurar um planeamento urbano correcto, que é indispensável para o crescimento sustentável dos centros urbanos. É necessário definir o papel das principais partes

interessadas – autoridades locais, organizações de pobres dos centros urbanos, sector privado (formal e informal), governo central, autoridades distritais, estatais e provinciais e ministérios responsáveis. Em última instância, um crescimento mais equilibrado, que inclua também o desenvolvimento rural, é, até ao momento, a única medida a longo prazo dado, na medida em que tem em conta os factores *push-pull* da migração das zonas rurais para as urbanas.

Expandir e reforçar as parcerias internacionais (Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 8)

82. Quando o prazo de 2015 se aproxima e atravessamos uma crise económica mundial, deixou de ser apenas imperativo para passar a ser urgente acelerar o cumprimento dos compromissos relativos ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 8.

Ajuda pública ao desenvolvimento

83. A APD atingiu o seu nível mais elevado em 2008, mas os compromissos assumidos há muito e também mais recentemente estão longe de ter sido honrados. Para atingir o objectivo fixado da cimeira do Grupo dos Oito (G-8), em Gleneagles, até 2010 (ou seja, cerca de 154 mil milhões de dólares em valores actualizados), a APD deverá ter um aumento de 35 mil milhões, até ao final deste ano. Desta soma, 20 mil milhões de dólares deveriam ser atribuídos a África, de modo a permitir alcançar o objectivo de 63 mil milhões de dólares, até 2010, fixado em Gleneagles para a região. Em 2007, a APD concedida aos países menos avançados equivalia a 0,09% do rendimento nacional bruto dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) e menos de metade dos países do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE cumpriam o objectivo de atribuírem entre 0,15 e 0,20% do seu rendimento nacional bruto à ajuda aos países menos avançados.

84. A repartição da ajuda ao desenvolvimento continua a ser muito desigual. Embora a parte da APD atribuída aos países mais pobres tenha aumentado entre 2000 e 2007, continuando a África Subsariana a ser o principal beneficiário, uma vez que os fluxos recebidos subiram para mais do dobro em dólares correntes, a maior parte do aumento da APD, desde 2000, beneficiou apenas alguns países em situações de pós-conflito, nomeadamente o Iraque e o Afeganistão. Em conjunto, estes dois países receberam cerca de um sexto do montante afectado a países pelos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, apesar de representarem menos de 2% da população total dos países em desenvolvimento. A ajuda à África fica muito aquém dos compromissos e muito aquém das necessidades. Como as análises minuciosas do Fundo Monetário Internacional e do PNUD mostraram, programas extremamente úteis em relação aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não são financiados, porque os fundos prometidos pelos doadores ainda não foram recebidos.³⁵

85. É urgente melhorar a qualidade, a previsibilidade e a duração da ajuda, bem como a quantidade. Os países em desenvolvimento e os seus parceiros deverão reduzir a fragmentação da ajuda e garantir que a APD apoie as estratégias nacionais de desenvolvimento. Reunir os recursos dos doadores em fundos de múltiplos

³⁵ Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional, “Scaling up development assistance to Africa: the Gleneagles scenario approach” (2009).

doadores tem provado repetidamente ser uma abordagem frutuosa, com muito bons resultados, por exemplo, na luta contra várias doenças infecciosas. A Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, adoptada em 2005, e o Programa de Acção de Accra, de 2008, estabelecem diversos princípios e práticas para melhorar a eficácia da ajuda que devem ser aplicados urgentemente. Os 20 mil milhões de dólares ao longo de três anos prometidos pelo G-8, em L'Aquila, Itália, e pelo Grupo dos 20 (G-20), em Pittsburgh, nos Estados Unidos, para promover a segurança alimentar deveriam ser desbloqueados urgentemente, para se iniciar a execução de um amplo plano de acção a favor de pequenos agricultores, nomeadamente mediante o lançamento de um novo fundo fiduciário de múltiplos doadores.

Comércio e desenvolvimento

86. O malogro das negociações comerciais multilaterais do Ciclo de Doha compromete seriamente o reforço da parceria mundial para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ao privar os países em desenvolvimento dos benefícios da conclusão atempada de um ciclo de negociações realmente a favor do desenvolvimento. Tal como é encarado actualmente, o Ciclo de Doha fica aquém das esperanças inicialmente suscitadas em termos de desenvolvimento. Seria necessário que as exportações agrícolas e de produtos manufacturados e serviços pudessem realmente ter acesso ao mercado, em especial em sectores e segundo modos de prestação que tenham interesse para os países em desenvolvimento, nomeadamente os modos 1 (prestação transfronteiras) e 4 (deslocação de pessoas singulares), e que se eliminassem os subsídios agrícolas que distorcem o comércio. As negociações permitiram alguns progressos quanto a um acordo sobre algumas questões pendentes até então difíceis de resolver, mas os avanços em relação a outros problemas fundamentais, nomeadamente as questões de execução e as preocupações dos países em desenvolvimento, bem como ao tratamento especial e diferenciado, ficaram aquém das expectativas. Além disso, a adesão dos países em desenvolvimento e dos países de economias de transição à Organização Mundial do Comércio (OMC) deveria ser facilitada, em conformidade com os acordos concluídos com a OMC e em função do seu nível de desenvolvimento.

87. Existem grandes variações regionais e sectoriais das condições de acesso aos mercados, entre os países em desenvolvimento e os países menos avançados, bem como entre os próprios países menos avançados. De um modo geral, sobre as exportações dos países em desenvolvimento que não pertencem à categoria dos países menos avançados continuam a incidir taxas alfandegárias médias mais elevadas do que sobre as dos países menos avançados, nomeadamente no que se refere a produtos agrícolas, têxteis e vestuário. Desde 2000, os pequenos Estados insulares e os países menos avançados de África viram ser concedidas preferências importantes às suas exportações nos principais mercados, enquanto os países menos avançados da Ásia, que tendem a ser mais competitivos, continuam a estar sujeitos a tarifas mais elevadas e a beneficiar de menor acesso com isenção direitos aos mercados, sobretudo no que respeita às suas exportações de vestuário e têxteis. Todavia, o acesso preferencial dos países menos avançados, em comparação com o do conjunto dos países em desenvolvimento, continua a diminuir, excepto no que se refere às exportações de produtos agrícolas.

88. A ajuda ao comércio também é essencial para ajudar os países menos avançados, que continuam a ter dificuldades em tirar pleno partido dos regimes

preferenciais e em ultrapassarem os condicionamentos do lado da oferta. Em 2007, o total dos compromissos em termos de ajuda ao comércio aumentou 8% em relação a 2006 e mais de 20% em relação ao montante inicial de 2002-2005; mas mais de metade desse montante foi canalizada para apenas 11 países.

89. Os doadores têm de honrar os seus compromissos de aumentar substancialmente o apoio técnico, financeiro e político à ajuda ao comércio e ao Quadro Integrado Reforçado. A ajuda ao comércio é particularmente vital para o financiamento de infra-estruturas orientadas para a exportação (por exemplo, estradas, portos e energia), que apoiem a competitividade das exportações dos países de baixo rendimento. Os países desenvolvidos também têm de honrar o compromisso, assumido em 2005, de eliminar, até 2013, todos os subsídios à exportação, nomeadamente no sector agrícola, que implicam uma distorção importante que afecta o comércio e a produção agrícola dos países em desenvolvimento. O montante global dos subsídios agrícolas, em percentagem do PIB dos países desenvolvidos, baixou mais em 2007, mas mantém-se elevado em termos absolutos e em relação ao montante da APD.

90. Desde o final de 2007, o sistema multilateral de comércio está sujeito a uma maior pressão, devido às novas vagas de protecçãoismo geradas pelas crises alimentar e financeira. É indispensável manter um sistema multilateral de comércio aberto, equitativo, baseado em regras, previsível e não discriminatório, em tempo de crise, velando por que as medidas proteccionistas sejam abolidas o mais rapidamente possível e evitando que sejam adoptadas novas medidas, nomeadamente novas barreiras não-tarifárias.

Sustentabilidade da dívida

91. Foram alcançados progressos substanciais em matéria de redução da dívida, mas a comunidade internacional deverá prosseguir os seus esforços para assegurar a plena implementação da Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPME). Em Setembro de 2009, 35 dos 40 países candidatos a obter uma redução da dívida no âmbito da iniciativa preenchem os requisitos estabelecidos. Dentre esses 35, 26 deles podiam obter uma redução irrevogável da dívida no quadro da Iniciativa para os PPME e da Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral (IRDM). Esses 35 países beneficiaram, ou esperam vir a beneficiar de uma redução da sua dívida no montante de 57 mil milhões de dólares, no âmbito da Iniciativa PPME e de mais 23 mil milhões, no âmbito da iniciativa RDM.

92. Antes da turbulência financeira mundial, os preços elevados das matérias-primas e o forte crescimento das trocas comerciais tinham melhorado as receitas da exportação de muitos países em desenvolvimento. Consequentemente, o peso do serviço da dívida externa do conjunto dos países em desenvolvimento baixara de cerca de 13% das receitas da exportação, em 2000, para menos de 4%, em 2007. Isto permitiu que os países PPME aumentassem as suas despesas sociais, mas esta tendência está a inverter-se, devido à queda das exportações dos países em desenvolvimento e dos preços das matérias-primas, ligada à actual crise. Desde o último trimestre de 2008, os rácios dívida externa/PIB e serviço da dívida externa/exportações, nos países em desenvolvimento, subiram significativamente. Os países em desenvolvimento enfrentam também reveses no acesso a novos financiamentos externos, em consequência da contracção do crédito a nível mundial.

93. A conjugação destes factores está a criar cada vez mais problemas de balança de pagamentos a um grande número de países. A subida dos prémios de risco de empréstimos contraídos pelos países em desenvolvimento e a depreciação das suas divisas estão a aumentar os custos dos empréstimos públicos externos. Isto, por sua vez, limita a capacidade dos países em desenvolvimento no que se refere a tomar medidas anticíclicas e a consagrar um nível adequado das despesas públicas a infra-estruturas, educação, saúde e protecção social. Num contexto de crise mundial, deveriam ser ponderadas medidas como o financiamento concessional suplementar, moratórias das obrigações ligadas ao serviço da dívida, redução e reestruturação da dívida, a fim de que os países que enfrentam graves dificuldades financeiras não sejam forçados a tomar medidas internas drásticas de ajustamento que ameacem a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e também para evitar que o endividamento público atinja níveis insustentáveis.

Acesso a medicamentos essenciais a preços razoáveis

94. Os pobres dos países em desenvolvimento continuam a não ter acesso a inúmeros medicamentos essenciais principalmente por duas razões. Em primeiro lugar, há uma falta acentuada de medicamentos tanto no sector público como no privado; em segundo, os preços dos medicamentos disponíveis são elevados em relação aos seus preços internacionais de referência. As empresas farmacêuticas multinacionais, que na sua maioria estão sediadas em países desenvolvidos, deveriam ser encorajadas a praticar políticas de preços duplos, isto é, a baixar os preços nos países em desenvolvimento.

95. O acesso a medicamentos essenciais a preços razoáveis continua a ser uma preocupação, particularmente porque a resposta a surtos de doenças contagiosas e o desenvolvimento de estirpes infecciosas resistentes estão na origem de novas dificuldades. Os conjuntos básicos de serviços médicos essenciais devem ser mais adaptados às necessidades locais e alinhados pelas metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em matéria de saúde. O preço dos medicamentos deverá subir, em consequência da crise económica mundial. O rendimento de muitas pessoas está a diminuir e a desvalorização das divisas faz subir ainda mais o custo dos medicamentos importados. A situação é mais difícil nos países onde os sistemas de aquisição e de distribuição do sector público são subfinanciados ou geridos ineficazmente, nos países onde as famílias mais pobres não podem beneficiar de seguros de saúde nem do fornecimento de medicamentos pelo sector público e nos países onde se encontram sobretudo medicamentos de marca, em vez de genéricos. É necessário tomar medidas para proteger as famílias de baixos rendimentos do aumento dos preços dos medicamentos devido à crise.

Acesso a novas tecnologias

96. Os progressos tecnológicos proporcionam uma oportunidade de acelerar a redução da pobreza através de vias a que os países que se desenvolveram antes não tinham acesso. A redução do fosso tecnológico pode acelerar a passagem para fórmulas de desenvolvimento inovadoras e de baixo custo. A tecnologia facilita a comunicação e a troca de informações. O simples acesso a telemóveis traduz-se em reduções das taxas de mortalidade, ao permitir a difusão de informações sobre prevenção e tratamento, melhorar o transporte dos pacientes no caso de intervenções vitais (como os cuidados obstétricos de emergência), facilitar o ensino à distância, multiplicar as hipóteses de sobrevivência e de adaptação mediante a partilha de

informações, através do telemóvel, sobre a localização de pastagens e recursos hídricos, e ao reforçar as capacidades dos prestadores de cuidados de saúde comunitários e de outro pessoal de saúde.

97. Nestes últimos anos, alcançaram-se processos consideráveis no acesso às tecnologias da informação e comunicação, em especial no que se refere aos telemóveis. A utilização da Internet aumentou sistematicamente, com quase um quarto da população mundial a ter acesso à mesma. No entanto, menos de 18% da população dos países em desenvolvimento utilizam a Internet (e apenas 4% nos países menos avançados), contra mais de 60% nos países desenvolvidos.³⁶ É preciso redobrar os esforços, em particular desenvolvendo as parcerias entre os sectores público e privado, para eliminar as grandes disparidades de acesso e de custos entre países e grupos de rendimento.

98. A luta contra as alterações climáticas exige um maior acesso às novas tecnologias. Tanto a atenuação das alterações climáticas como a adaptação aos seus efeitos requerem investimentos maciços na investigação, no desenvolvimento e na introdução de tecnologias.

IV. O caminho a seguir

99. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio representam um compromisso do conjunto da sociedade, tanto a nível nacional como mundial. As acções dos indivíduos, organizações, empresas privadas e governos, no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento deveriam orientar-se pelos princípios fundamentais que apresentamos a seguir:

Princípios orientadores de um programa de acção

1. É indispensável que a apropriação e a direcção das operações pelos países sejam complementadas por programas, medidas e políticas internacionais de apoio, alinhadas pelas prioridades nacionais e que respeitem a soberania nacional.
2. Para garantir o êxito e a sustentabilidade, é preciso reconhecer a interdependência dos direitos humanos, da igualdade de género, da boa governação, do desenvolvimento e da paz e da segurança.
3. É essencial que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sejam encarados sob uma perspectiva de género, uma vez que as mulheres e as raparigas são, em geral, as mais afectadas pela pobreza extrema, a fome e a doença. Há que adoptar estratégias específicas em todos os domínios de actividade para resolver os problemas que as mulheres e as raparigas enfrentam. São ainda necessárias medidas decisivas para concentrar os esforços nas prioridades fundamentais para a igualdade de género, nomeadamente os desafios da representação política das mulheres e a epidemia intolerável de violência de que as mulheres são vítimas actualmente.
4. As normas e valores enunciados na Declaração do Milénio e nos instrumentos internacionais de direitos humanos, em particular os princípios

³⁶ União Internacional das Telecomunicações, *World Telecommunication/ICT Indicators Database*, 2007 e 2008.

fundamentais de direitos humanos, que são a não discriminação, a participação efectiva e a responsabilização, devem continuar a constituir o fundamento de todos os compromissos.

5. Continua a ser imperativo dar aos pobres os meios de agir, redobrando os esforços para permitir a monitorização, por parte dos cidadãos, da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o reforço das capacidades e a melhoria do acesso a serviços financeiros e jurídicos.

Programa orientado para a acção destinado a todas as partes interessadas

Criação do espaço político e orçamental necessário para acelerar e manter os progressos

100. A realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio irá exigir a aceleração das intervenções em áreas fundamentais. Essas intervenções deveriam inserir-se no quadro mais amplo das estratégias nacionais de desenvolvimento a favor do crescimento e de mudanças estruturais equitativas e sustentáveis a longo prazo. A prioridade imediata seria garantir a sustentabilidade da recuperação económica, aumentando a produtividade rural e a criação de emprego digno, num período em que o crescimento económico será provavelmente mais lento do que antes da actual crise.

101. Com a plena participação das organizações da sociedade civil e o apoio da comunidade internacional, os governos devem tomar medidas urgentes para aplicar estratégias a favor do crescimento e do comércio que permitam acelerar a redução da pobreza, da desigualdade e da marginalização. Isto significa criar o espaço orçamental necessário para a prestação de serviços públicos importantes e os investimentos públicos a longo prazo em infra-estruturas, na agricultura e em recursos humanos. Implica também analisar os quadros macroeconómicos dominantes, em especial a fim de restabelecer as capacidades nacionais de reduzir ao mínimo os efeitos adversos da mobilidade de capitais, que afectaram seriamente a mobilização dos recursos nacionais, a condução da política monetária e a gestão das taxas de câmbio. Sem um crescimento sustentado do emprego e dos rendimentos, todos os progressos efectivamente alcançados no domínio da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio serão de curta duração.

102. As políticas do sector financeiro devem não só promover a estabilidade por meio de uma regulamentação prudente mas também favorecer a aceleração de intervenções de eficácia comprovada. Essas políticas deveriam promover também a inclusão financeira, delas podendo fazer parte instituições financeiras especializadas e incentivos às instituições financeiras, para que prestem os seus serviços a pequenas e médias empresas, populações pobres, actividades agrícolas e não agrícolas. Um sistema financeiro inclusivo compreenderá um conjunto de serviços financeiros a preços acessíveis (poupanças, empréstimos, pagamentos, receitas e seguros) disponibilizados às famílias pobres, para que possam melhorar o seu nível de vida, e ao qual as empresas possam recorrer para se desenvolverem. As políticas comerciais e industriais deveriam apoiar os sectores e actividades dinâmicos em termos de crescimento da produtividade e de criação de empregos dignos, caracterizados por salários elevados e segurança de emprego.

103. Há que preservar os progressos numa época marcada por uma crescente insegurança económica, que decorre da instabilidade económica mundial, da volatilidade dos preços dos bens alimentares, das catástrofes naturais e das epidemias. Isto exige uma protecção social universal e medidas de apoio às comunidades mais vulneráveis. Deveriam ser adoptadas medidas eficazes – nomeadamente medidas legislativas e coercivas e campanhas de sensibilização e mobilização social – para combater todas as formas de discriminação e exclusão social.

Alargamento da parceria mundial a favor da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

104. Em parceria com todas as partes interessadas, a comunidade internacional deve apoiar estratégias de desenvolvimento nacional, alargar a margem de manobra política nacional, acelerar o investimento nos países em desenvolvimento, reduzir ao mínimo os riscos de crise e conflito e melhorar substancialmente a resposta internacional às necessidades humanitárias, de reconstrução e de recuperação, e incentivar e apoiar reformas que criem um ambiente internacional mais favorável ao desenvolvimento. Nos próximos meses, serão tomadas medidas concretas, a todos os níveis, para melhorar a coordenação e gestão em prol dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As equipas de país da ONU, que desempenham um papel fundamental na acção das Nações Unidas a nível dos países, serão encarregadas de apoiar a implementação de programas gerais e sectoriais dos Estados Membros, destinados a promover a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

105. As intervenções em prol da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio inspiradas nas orientações acima referidas exigirão uma maior capacidade orçamental e institucional a todos os níveis, tanto do lado dos doadores como do dos beneficiários, e sistemas rigorosos de gestão dos sectores público e privado, para garantir que os fundos cheguem ao destino na devida altura e sejam utilizados para os fins previstos. Em diversos casos em que se sabe quais são as intervenções necessárias, tem havido défices de financiamento e problemas de gestão que não têm permitido uma implementação eficaz.

106. A mobilização dos recursos destinados a financiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio deve começar dentro das fronteiras nacionais. É, por isso, essencial tomar medidas eficazes e inovadoras para aumentar as receitas internas de uma forma sustentável e para afectar esses recursos ao desenvolvimento de uma forma eficaz. A comunidade internacional deveria, sobretudo, intensificar a cooperação internacional no domínio fiscal, respeitando o direito soberano dos países e permitindo-lhes obter receitas fiscais internas consideravelmente maiores. A responsabilidade cabe sobretudo aos países da OCDE, que deveriam não só apoiar a mobilização dos recursos financeiros internos nos países em desenvolvimento, mas também reformar as relações económicas internacionais para melhorar o financiamento do desenvolvimento, fazendo aplicar reformas a favor do desenvolvimento nas áreas do investimento internacional, do comércio internacional, da ajuda, da dívida e da reforma sistémica, conforme prometido no Consenso de Monterrey e reiterado da Declaração de Doha, em 2008.³⁷

³⁷ Resolução 63/239 da Assembleia-Geral, anexo.

107. A comunidade de doadores deve cumprir os seus compromissos de aumentar a APD, melhorando simultaneamente a eficácia da ajuda e eliminando as condicionalidades onerosas. Se essas promessas não forem cumpridas, os pobres sofrerão as consequências e muitos morrerão. O cumprimento dos compromissos, por parte dos países ricos, constitui um baluarte de solidariedade mundial e uma condição *sine qua non* da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos países de baixo rendimento.

108. Nestes últimos meses, diversos governos apresentaram propostas promissoras para garantir um financiamento adequado dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: o apelo a novos financiamentos para melhorar os sistemas de saúde, uma iniciativa a favor da segurança alimentar, lançada durante a reunião do G-8, em L'Aquila, em 2009, o apelo à criação de um fundo de múltiplos, que poderia ajudar milhões de famílias de agricultores a melhorarem a produtividade dos alimentos e os fundos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas destinados à adaptação às alterações climáticas e à atenuação dos seus efeitos, bem como outros. Há que aproveitar rapidamente estas oportunidades de modo a garantir que os compromissos internacionais de longa data sejam cumpridos até às cimeiras G-8 e do G-20 que se realizarão no Canadá, em 2010.

109. Ao mesmo tempo, é preciso ir além da APD tradicional para adoptar modelos de financiamento mais inovadores que possam aumentar os fluxos financeiros e a sua previsibilidade. Alguns novos programas, planos e modelos são promissores e a possibilidade de serem ampliados deveria ser analisada com urgência. As instituições filantrópicas privadas a favor da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que também se desenvolveram muito nos últimos anos, deram prova da sua eficácia a mobilizar o apoio dos particulares e a complementar os financiamentos disponíveis para permitir a consecução dos Objectivos.

110. Os países desenvolvidos devem cumprir igualmente as suas promessas, eliminando os subsídios agrícolas que distorcem o comércio e proporcionando finalmente, aos países em desenvolvimento, um acesso sem restrições aos mercados que os ajude a libertarem-se da pobreza.

111. Chegou o momento de criar um mecanismo de responsabilização entre países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (conforme acordado no Consenso de Monterrey e no Plano de Acção de Accra), e entre os governos e os seus cidadãos, para garantir o cumprimento dos compromissos relacionados com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A reunião plenária de alto nível de 2010 deveria conduzir à adopção de um mecanismo de responsabilização que consolide os compromissos mundiais, os associe a resultados com prazos de cumprimento e crie mecanismos de controlo e coerção.

Colocar o potencial do sector privado ao serviço do desenvolvimento sustentável

112. O aproveitamento do potencial do sector privado começa com o agricultor da aldeia rural, que é a espinha dorsal do sector privado no seu país. Estende-se até às grandes empresas multinacionais que, amiúde, operam em mais de 100 países em todo o mundo. O sector privado desempenha, muitas vezes, o papel central no desenvolvimento económico, mas só pode desempenhá-lo eficazmente quando o sector público também faz o que lhe compete no que se refere à regulamentação, ao

investimento público em infra-estruturas fundamentais como estradas e energia, e à prestação de serviços públicos como a educação e a saúde.

113. Muitas empresas estão já a tomar medidas específicas a favor da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, contribuindo para a redução da pobreza, a segurança alimentar, a boa gestão ambiental, a igualdade de género, os cuidados de saúde e a educação, através das suas actividades empresariais, de investimentos sociais e de acções de sensibilização e de mobilização. Para além das práticas responsáveis, as empresas deveriam pensar em maneiras novas e criativas de investir e trabalhar com modelos, produtos e serviços empresariais para os pobres e que podem criar mercados prósperos.

114. O Pacto Global das Nações Unidas, que define a responsabilidade social das grandes empresas do mundo, fará, este ano, dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a principal esfera de acção das empresas que nele participam. Essas empresas partilharão tecnologias, modelos empresariais, estratégias de divulgação e gestores capazes, tendo em vista ampliar as iniciativas a favor da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em muitas partes do mundo. Na sua reunião de alto nível, a ONU apresentará um quadro de acção estratégica para as empresas, tendo em vista apoiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Exortará também as empresas a adaptarem os seus investimentos sociais para promover o desenvolvimento, em geral, e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em particular. Muitas já são parceiras das Aldeias do Milénio e de programas conexos. Muitas outras empresas poderão ainda associar-se aos esforços em prol da consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e fá-lo-ão.

115. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio desencadearam a mais ampla acção concertada de toda a história do mundo para combater a pobreza, a fome e a doença. Tornaram-se um toque a reunir, tanto para os países pobres como para os ricos, e uma norma de referência tanto para organizações não governamentais como para empresas. Quase 10 anos depois de terem sido adoptados, mantêm-se vivos e mais fortes do que nunca, o que é raro no caso de objectivos internacionais. O mundo quer que resultem.

116. Se os progressos alcançados são insuficientes, isso não se deve ao facto de os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio serem inatingíveis ou de o seu prazo ser demasiado curto, mas sim aos compromissos não respeitados, aos recursos inadequados, à falta de concentração e de responsabilização e a um interesse reduzido no desenvolvimento sustentável. Isso levou a que não se reunissem os fundos, os serviços, o apoio técnico e as parcerias necessários. Em resultado dessas insuficiências, agravadas pelas crises financeira e alimentar mundiais bem como pelo fracasso de diversos programas e políticas de desenvolvimento, a melhoria da vida dos pobres foi extremamente lenta, enquanto certos progressos duramente alcançados estão a desaparecer.

117. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem um pacto, não só entre os governos, mas também entre todos os actores do desenvolvimento. Cada actor deve esforçar-se por aproveitar ao máximo os seus recursos, agindo com eficiência e eficácia e unindo os seus esforços aos de outros para desempenhar um papel específico:

(a) Os países em desenvolvimento devem criar políticas e instituições para realizar os Objectivos, mobilizando, nomeadamente, as administrações, as comunidades e os cidadãos para esse fim. Graças à cooperação Sul-Sul, devem comprometer-se também a ajudar outros países em desenvolvimento através da transferência de conhecimentos, de tecnologias e de recursos;

(b) Os actores da sociedade civil, nomeadamente os que garantem a responsabilização dos governos e os que prestam serviços, devem empenhar-se em promover a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

(c) As empresas privadas devem difundir as tecnologias, criar emprego digno e trabalhar, de um modo geral, para apoiar os objectivos;

(d) As instituições filantrópicas privadas devem desempenhar um papel catalisador, incentivando as inovações que mais tarde serão adoptadas pelo sector privado e no quadro de parcerias entre os sectores público e privado;

(e) Os países desenvolvidos devem honrar os compromissos, já assumidos, de aumentar a quantidade e melhorar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento e de melhorar o acesso ao mercado das exportações dos países em desenvolvimento;

(f) O sistema multilateral, nomeadamente os organismos especializados, fundos e programas das Nações Unidas, devem melhorar a coerência e eficácia das acções levadas a cabo para apoiar a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

118. Passaram dez anos desde a adopção da Declaração do Milénio e o compromisso histórico de reduzir a pobreza extrema a metade, através da realização de oito objectivos quantificáveis e com prazos concretos – os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Essa visão e as medidas adoptadas continuam a ser pertinentes, hoje em dia. O nosso mundo possui os conhecimentos e os recursos necessários para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para levar por diante um processo de desenvolvimento sustentável que conduza a um futuro melhor, mais seguro e mais próspero para todos. Reafirmando, em Setembro, o nosso compromisso renovado de levar mais longe o que já realizámos e de colmatar as lacunas identificadas, poderemos cumprir o nosso dever colectivo, criando um mundo melhor para as gerações futuras.

119. Para além dos outros direitos económicos, sociais e culturais, consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Nações Unidas proclamaram o direito ao desenvolvimento. Esta abordagem assente nos direitos afirma os direitos humanos à protecção social e repudia a exclusão social, contribuindo, assim, para a segurança e o bem-estar gerais. Garantir os direitos de cada um e de todos os cidadãos exige recursos adequados. O quadro de realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio identificou as partes interessadas e titulares de deveres com funções bem definidas, estabelecendo a responsabilização pelos resultados em matéria de desenvolvimento.

120. Nas últimas décadas, os recursos públicos destinados ao desenvolvimento foram sendo cada vez mais reduzidos, enquanto o sector privado foi tomando a seu cargo muitas áreas de prestação de serviços. Estão a ser criados instrumentos novos e inovadores para financiar as necessidades em matéria de desenvolvimento, nomeadamente fundos fiduciários de múltiplos doadores, como a iniciativa em prol da segurança alimentar lançada em L'Aquila. Todavia, a promessa de prestar uma

ajuda adequada continua por cumprir, enquanto, devido à crise mundial, é ainda mais urgente garantir que os sistemas financeiro e comercial internacionais apoiem o desenvolvimento. É por isso que garantir os recursos adequados é o principal desafio a vencer, se se quiser alcançar o desenvolvimento, nomeadamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

121. Não podemos desiludir os milhares de milhões de pessoas que esperam que a comunidade internacional cumpra a promessa de um mundo melhor, contida na Declaração do Milénio. Encontremo-nos em Setembro para cumprir essa promessa.

Anexo

Temas propostos para mesas-redondas

Pobreza, fome e igualdade de género

1. Como podemos apoiar e facilitar uma mudança estrutural e um crescimento sustentado, equitativo e com forte intensidade de mão-de-obra?
2. Como podemos apoiar abordagens holísticas e lideradas pelas comunidades para aproveitar as sinergias existentes entre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?
3. Como é que os compromissos internacionais podem apoiar os esforços nacionais que visam aumentar a produção agrícola, a fim de vencer a fome e de garantir a segurança alimentar?
4. Como podemos garantir que os compromissos actuais e os que venham a ser assumidos por todas as partes interessadas são devidamente monitorizados e respeitados?
5. Que reformas e compromissos internacionais são necessários para pôr termo à desigualdade de género e superar os principais obstáculos ao empoderamento das mulheres?
6. Como se pode ajudar os governos que declararam que isso era uma prioridade a desenvolverem os sistemas de protecção social?

Saúde e educação

1. Como podemos melhorar o acesso aos cuidados de saúde pública?
2. Que intervenções fundamentais, eficazes em termos de custo, são necessárias no domínio da saúde, especialmente para melhorar a saúde materna? Como é que as políticas nacionais e as parcerias internacionais podem ultrapassar as actuais limitações institucionais e de recursos?
3. Quais as melhores estratégias para ultrapassar as lacunas institucionais e os défices de recursos para garantir a educação para todos?
4. Como podemos garantir que os compromissos actuais e os que venham a ser assumidos por todas as partes interessadas são devidamente monitorizados e respeitados?

Promover o desenvolvimento sustentável

1. Quais são as políticas nacionais mais eficazes em termos de custos para alargar o acesso à água potável, de uma forma sustentável, e para melhorar o saneamento?
2. Que parcerias e recursos internacionais são necessários para apoiar os esforços nacionais?
3. Quais são as maneiras mais eficazes em termos de custos de melhorar o bem-estar dos habitantes de bairros degradados e de garantir o seu acesso a serviços essenciais, de uma forma sustentável?

4. Que instituições e reformas protegerão a biodiversidade e a cobertura florestal?
5. Como podemos garantir que os compromissos actuais e os que venham a ser assumidos por todas as partes interessadas são devidamente monitorizados e respeitados?

Alargar e reforçar as parcerias

1. Como garantir que as promessas de ajuda são cumpridas e que mais se pode fazer para aumentar a previsibilidade da ajuda?
2. Como garantir a sustentabilidade da dívida através de uma melhoria da cooperação internacional? Quais são as melhores maneiras de facilitar a redução e reestruturação da dívida?
3. Como garantir que o Ciclo de Doha de negociações sobre comércio da Organização Mundial do Comércio cumprirá as suas promessas em matéria de desenvolvimento?
4. Como garantir um acesso mais fácil e a um preço mais baixo aos medicamentos e às novas tecnologias agrícolas e relativas às energias provenientes de fontes renováveis?
5. Como poderão as partes interessadas trabalhar em conjunto de uma forma mais eficaz para evitar os conflitos e a violência armada e reforçar o Estado de direito, a justiça e a segurança?
6. Como podemos garantir que os compromissos actuais e os que venham a ser assumidos por todas as partes interessadas são devidamente monitorizados e respeitados?

Satisfazer as necessidades especiais dos mais vulneráveis

1. Que mais se deveria fazer para satisfazer as necessidades especiais dos países mais pobres?
2. Que se deveria fazer para identificar e satisfazer as necessidades especiais dos países, comunidades e pessoas mais vulneráveis?
3. Que se pode fazer para quebrar o ciclo de pobreza, exclusão política e económica e violência civil?
4. Qual o potencial, em termos de desenvolvimento, das intervenções humanitárias, de socorro em caso de catástrofe e de consolidação da paz?
5. Como podemos garantir que os compromissos actuais e os que venham a ser assumidos por todas as partes interessadas são devidamente monitorizados e respeitados?

Enfrentar os novos desafios e adaptar os métodos de intervenção

1. Quais são as medidas mais eficazes para melhorar a segurança alimentar?

2. Como se pode integrar a adaptação às alterações climáticas e a atenuação dos seus efeitos no quadro de acções, a fim de reforçar o desenvolvimento sustentável?
 3. Como se poderá garantir o financiamento dos bens públicos mundiais, nomeadamente o respeito dos compromissos assumidos em matéria de financiamento do desenvolvimento e no sentido de enfrentar novos desafios como as alterações climáticas?
 4. Como é que a comunidade internacional deveria enfrentar os novos problemas que estão intimamente ligados à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, tais como a segurança, a violência armada, a migração e outros?
 5. Como se deveria reformar o sistema financeiro internacional para que promova melhor o desenvolvimento sustentável e equitativo?
 6. Como é que a comunidade internacional deveria reformar a governação económica para melhor promover um desenvolvimento sustentável e equitativo?
 7. Como podemos garantir que os compromissos actuais e os que venham a ser assumidos por todas as partes interessadas são devidamente monitorizados e respeitados?
-